



Anais da Assembleia

Nº 104

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE AGOSTO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA - O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do
ATA DA 79.ª SESSÃO ORDINÁRIA
seguinte

REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zarusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ermani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, José Afonso Júnior, José Alves, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri e Doutor Rosinha (02). Em licença os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio e Dirceu Manfrinato (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - A Mesa deferiu e irá proceder à verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)
21 Senhores Deputados aprovam.

Aprovada a Ata.

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Senhor Presidente.

Tendo em vista acompanhamento dos Senhores Prefeitos de Grandes Rios, Rosário do Ivaí e Faxinal, bem como ao Senhor Presidente da Cooperativa de Londrina - CATI-VA em audiência com o Senhor Secretário Osmar Dias em data de 26.08.91, solicito encarecidamente que Vossa Excelência se digne a abonar minha falta na sessão plenária.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) EDSON SILVA LINO

OFÍCIO Nº 043/91

Senhor Presidente.

Através do presente justifico minha ausência da sessão de hoje em função de doenças na família.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 088/91.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao projeto de Lei nº 327/91 (Mensagem nº 055/91), que objetiva transformar em autarquia a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba/COMEC.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de

cussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 2115

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e de acordo com o que dispõe o art. 121 do Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, JUNTADA do Projeto de Lei n° 316/91, de sua autoria, ao Projeto de Lei n° 232/91, de autoria do nobre Deputado Eurides Moura, por se tratar de matéria similar.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

Diz o art. 121 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

"Poderá a Assembléia decidir, a requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada ao processo relativo a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só."

O Projeto de Lei n° 316/91, de minha autoria, dispõe sobre matéria similar ao Projeto de Lei n° 232/91, do nobre Deputado Eurides Moura, isto é, tratam da criação da "Guarda Escolar" ou da "Sentinela Estadual Escolar".

REQUERIMENTO N° 2106

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo do Estado do Paraná, votos de congratulações ao cartunista e publicitário Luiz Antônio Solda, por haver conquistado o prêmio "Profissionais do Ano", categoria serviço público/comunitário, em conjunto com Ricardo Corrêa, da Umuarama Publicidade, com a criação da campanha do agasalho, no ano passado, para a Associação de Funcionários do BAMERINDUS.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Paulista de Itararé, Solda é uma das cabeças mais privilegiadas da vanguarda intelectual curitibana.

Dupla de criação com Paulo Leminski, é contemporâneo de grandes expressões da manifestação cultural e artística de nossa cidade: Rogério Dias, Karam, Leila Pugnaloni, Alice Ruiz, José Maria Santos, Dante

Mendonça, além do nosso Prefeito, arquiteto Jaime Lerner.

Introverso e tímido, tanto quanto criativo, Solda não gosta de apologias e manifestações elogiosas. Entretanto, não pode furtar-se a aceitar os cumprimentos do Poder Legislativo que se orgulha por tê-lo como "filho de criação".

Que do teor do presente requerimento, seja enviada cópia ao Presidente do Banco Bamerindus, ao Diretor da Umuarama Publicidade, ao Dr. Sérgio Reis (Diretoria do Bamerindus) e naturalmente, ao homenageado.

DN

REQUERIMENTO N° 2126

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, que subscreve abaixo, REQUER, na forma regimental, e após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em ata dos trabalhos desta Casa, votos de congratulações e muito aplauso à astróloga Iara Ramos, que comemora neste mês, vinte (20) anos de atuação em rádio!

Trata-se de consagrada estudiosa de astrologia, de grande reputação nacional e autora de vários livros e revistas, apresentando diariamente em muitas emissoras de rádio, seu horóscopo.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Iara Ramos é hoje sinônimo de astrologia em nosso Estado, merecendo o carinho e o reconhecimento de seus milhares de ouvintes em todo o Estado, inclusive em várias emissoras fora do Paraná.

Profissional criteriosa, séria, grande pesquisadora, Iara Ramos há anos publica a Revista de Astrologia, contendo, além do horóscopo, poemas, simpatias e dicas úteis para o dia a dia.

REQUERIMENTO N° 2109

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficiasse ao Governador do Estado do Paraná, Dr. Roberto Requião de Mello e Silva, bem como ao Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja construída e instalada, no Município de Sarandi, uma Escola Estadual de Regime Integral, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sarandi, criado há oito anos apenas, sofreu uma grande explosão demográfica, tanto que a cidade atingiu, em pouco tempo, uma população aproximada de 80.000 habitantes, sendo que a maioria dessa população é operária, e trabalha em

Maringá. Constitui-se, pois, Sarandi "a cidade-dormitório de Maringá".

A Prefeitura Municipal de Sarandi já reservou uma área de 18.000 metros quadrados para a edificação da Escola Estadual de Regime Integral, tão logo o Governo do Estado do Paraná se decida pela construção e implantação dessa escola em Sarandi. A Escola de Regime Integral tem por finalidade amparar a população mais carente dos municípios em que ela for implantada. Essa escola atenderá alunos de famílias carentes que precisam trabalhar e não têm onde deixar seus filhos. Nessa escola, os alunos permanecerão estudando em dois períodos, de manhã e de tarde, e farão refeições na escola.

Sarandi precisa dessa escola.

"É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente", diz o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 70). A Escola de Regime Integral ajudará afastar da marginalidade o menor carente de Sarandi.

Essa a razão desse nosso requerimento.

REQUERIMENTO N° 2110

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Governador do Estado do Paraná, Dr. Roberto Requião de Mello e Silva, bem como ao Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja construída e implantada, no Município de Paigandu, uma Escola Estadual de Regime Integral, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Paigandu, segundo estimativa do IBGE, tem tido uma explosão demográfica considerável, num crescimento vegetativo de 30% ao ano, tendo hoje, aproximadamente cerca de 20.000 habitantes. Esse fenômeno vem ocorrendo nesses três últimos anos. O fator preponderante desse crescimento é a situação geográfica de Paigandu, ao lado de Maringá, praticamente emendando as duas cidades, formando a Região Metropolitana de Maringá, juntamente com Sarandi.

Paigandu se constitui também uma cidade-dormitório de Maringá, a exemplo de Sarandi.

A Escola de Regime Integral destina-se a abrigar alunos oriundos da população mais carente, principalmente daquelas famílias em que pai e mãe têm que se deslocar diariamente para o trabalho, à busca do sustento da família.

Em Paigandu esse fenômeno ocorre continuamente, e os pais se deslocam para Ma-

ringá, ficando os filhos menores "a Deus dará", na expressão popular.

Se implantada em Paigandu, a Escola de Regime Integral solucionará o problema da marginalidade do menor carente na cidade, e trará tranquilidade e desenvolvimento à sua população.

Nunca é demais repetir aqui que "é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente", como institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 70). A Escola de Regime Integral ajudará afastar da marginalidade o menor carente de Paigandu.

É o que tínhamos a justificativa.

REQUERIMENTO N° 2096

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário a consagração em Ata de votos de congratulações pela passagem do Dia do Psicólogo, que se comemora em 27 de agosto.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente do Conselho Regional de Psicologia. (R. Pres. Tainay, 1360 - CEP 80.410 - Curitiba - PR).

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio Expediente Oficial à Superintendência da Legião Brasileira de Assistência - Regional Paraná, dirigido pelo Dr. Osni Ribas Alves, no sentido de que seja determinada a alocação de recursos financeiros, através de convênios com a Prefeitura, com o objetivo de se construir uma creche no município de Altônia.

Do aprovado, requer ainda, a comunicação ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente em toda a sua extensão territorial.

A ação do governo municipal tem sido intensa para debelar os focos da miséria e da marginalidade, itens recentes no vocabulário dos moradores antigos da cidade, mas que, infelizmente, cada dia se instala e aumenta suas dimensões assustadoramente.

Um dos programas encetados pela Prefeitura é a do atendimento à criança, através de escolas e creches. Nessa proposta de se oferecer um número cada vez

maior de creches, atende a melhoria da qualidade de vida do menor e a oportunidade de melhorar os rendimentos familiares, com a possibilidade do trabalho fora para a mulher, componente importante nessa relação.

O pedido é deveras importante e requer atendimento urgente, por parte do poder público.

REQUERIMENTO N° 2093

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente Oficial, ao Excelentíssimo Senhor Dr. Nizan de Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde Pública no sentido de que seja destinado um veículo ambulância para o município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Excelentíssimo Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Conforme as constantes e justificadas reclamações das lideranças local, ressoante-se o município de melhores condições financeiras para atender a grande demanda de pedidos na área da saúde, quer no tocante de remédios, atendimento ambulatorial e principalmente, no transporte de doentes dos distritos, das vilas para a sede do município, para os postos de saúde e até para os outros centros mais evoluídos clinicamente. A ambulância é reivindicação permanente em todas as reuniões com as comunidades.

REQUERIMENTO N° 2094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente Oficial ao Excelentíssimo Sr. Dr. Nizan de Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, no sentido de que seja viabilizado a liberação de uma ambulância, para atender a comunidade do Distrito de Vila Alta, no município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, comunicação aos Senhores Alexandre Ceranto, Digníssimo Prefeito Municipal, ao nobre Vereador José Ilton de Oliveira e ao Presidente do Conselho Comunitário de Vila Alta (R. Josué B. Rodrigues, s/n. CEP 87504 - Vila Alta).

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido é mais do que justificável e reveste de grande valor social, pois, o distrito dista da sede - Umuarama

-, em mais de cem quilômetros e isto tem dificultado o atendimento de doentes, para serem transportados. A prefeitura, - apesar dos esforços elogiáveis do Sr. Prefeito e do Vereador daquela localidade, em facilitar e melhorar a qualidade de vida daqueles moradores, - não tem sido suficiente, diante dos poucos recursos daquela municipalidade.

Acrescenta-se a isso, o fato de que Vila Alta se transformará em mais um município do Paraná, nas próximas eleições e, obviamente, necessitará de infra-estrutura para fazer frente às reivindicações da população.

REQUERIMENTO N° 2095

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Sr. Osmi Ribas Alves, DD. Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA - regional Paraná, no sentido de que sejam liberados recursos financeiros e/ou materiais, para a construção de uma creche no Distrito de Santa Eliza, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Umuarama, nesta Administração, vem se preocupando com a realidade social existente a nível de sede e de seus distritos administrativos.

Através de sua Secretaria de Bem-Estar Social, a prefeitura coloca-se neste processo, como instrumentalizadora das iniciativas da comunidade e, em particular, no que se refere a creches, não só por entender que o menor necessita de um local para ser atendido em suas necessidades básicas e que creche é um direito da mulher trabalhadora. Porém, compreende também que o acesso ao trabalho é a questão principal, em toda a ação que busque a promoção social.

Nada mais justo, portanto, que num município onde se vem buscando a industrialização, o mesmo coloque à disposição da comunidade trabalhadora uma rede de serviços básicos, como é considerada a creche.

O município conta hoje com 15 creches distribuídas com oito na sede e sete nos distritos. Junto a estas, desenvolve um trabalho de assessoria técnica e financeira, ou seja, subvenciona-as financeiramente e ao mesmo tempo tenta assegurar a qualidade do trabalho junto a seus funcionários e diretoria.

No entanto, apesar desta, existem áreas descobertas ainda por esse tipo de serviço e nas quais a comunidade organizada reivindica. Portanto, Umuarama necessita hoje de mais creches para atender à de-

manda atual.

Os objetivos, dentre outros, são:

1. ampliar o quadro de creches existentes no município, gerando mais vagas para o atendimento do menor;
2. dotar áreas desprovidas, e cuja necessidade é emergente, com o serviço de creche;
3. qualificar o atendimento ao menor, nestas instituições;
4. possibilitar à mãe, o trabalho remunerado e conseqüente aumento na renda familiar, e;
5. atender as reivindicações da comunidade.

REQUERIMENTO N° 2098

Senhor Presidente.

O Deputado que o mesmo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Senhor Mauricio Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizada a construção de uma Biblioteca, uma área coberta, reforma e ou reparos na unidade educacional Colégio Estadual Antônio Carlos Gomes, no Distrito de Santa Bárbara, município de Santa Cecília do Pavão.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação à Diretoria do estabelecimento.

Sala das Sessões, em 27.08.91

(a) SEVERINO FÉLIX.

JUSTIFICATIVA:

A construção da Biblioteca atenderá, além dos usuários internos do estabelecimento (estudantes e professores), a comunidade interessada.

A finalidade da área coberta, é para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, a reforma do Colégio atende ao princípio básico de segurança. Diante disso, faz-se necessário a intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal para proceder a execução destas solicitações.

REQUERIMENTO N° 2101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. Presidente do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com o propósito de solicitar a realização de estudos visando a criação de segunda Vara na Comarca de IRATI.

O processo desenvolvimentista se dá a olhos vistos, resultante do árduo e incansável labor da sua gente, que jamais mediu qualquer esforço para dar a sua imprescindível participação no engrandecimento do Paraná.

Em que pese a existência de uma inegá-

vel infra estrutura na área econômica e social, assim como um imenso potencial ainda por ser explorado, se faz necessário adequar alguns setores, reestruturando-os de modo a torná-los compatíveis com as reais necessidades do Município de IRATI e conseqüente da Região Centro Sul como um todo.

Nesse sentido e dentro do inclito propósito desse elevado Poder para propiciar um Judiciário eficaz e descentralizado, é que formalizamos o presente requerimento, apelando para a implantação de segunda Vara de Irati.

Entre tantos outros fatores mais que suficientes para justificarem tal medida, cabe ressaltar o próprio volume de processos atualmente tramitando no Fórum de Irati, que também atende Inácio Martins (aliás, há outro requerimento nesse Tribunal defendendo a criação da Comarca). Conforme a documentação em apenso, a Certidão assinala que, em 1989 constavam 506 ações cíveis e 89 criminais; em 1990 foram 453 ações cíveis e 90 criminais; e até o presente mês, o ano de 1991 já registra 313 ações cíveis e 91 ações criminais; ficando bastante evidenciada a progressão aritmética, no que diz respeito à movimentação forense.

Ademais, os processos se avolumam, cujo acúmulo tende a crescer cada vez mais, mesmo em havendo o reconhecido empenho dos seus magistrados, razão pela qual é vital a criação de mais uma vara, o que, sem dúvida alguma, propiciará o encaminhamento mais célere do Fórum, racional e eficientemente.

Assim sendo, torna-se perfeitamente desnecessário estender maiores comentários no que tange aos incalculáveis benefícios à população, hoje obrigada a conviver com a morosidade da Justiça, cuja demanda se arrasta tantas vezes a ponto de provocar a descrença ou desesperança numa Instituição que certamente está preocupada em atuar com o propósito e o espírito da modernidade e da própria dinâmica social.

Sala das Sessões, em 27.08.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 2102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da construção de uma ponte sobre o Rio d'Areia, na região do Distrito de Pinhalzinho, na Municipalidade de Pinhão.

Consustanciado na iniciativa do Poder Legislativo, através de ofício do nobre Vereador Sebastião Borges Domingues, a

construção de mencionada ponte há muito vem sendo aguardada, em cuja estrada se faz a ligação entre os Municípios de Pinhão e Cruz Machado, através do Distrito de Pinhalzinho. Ademais, a atual ligação, feita em balsa, representa um meio incompatível com o volume de tráfego de duas importantes regiões produtoras agrícolas que, como tais, necessitam de contar com meios mais seguros e ágeis para o escoamento das safras.

Diante do exposto, aguarda-se um parecer favorável por parte dessa Pasta, concretizando uma antiga e justa aspiração do povo.

Sala das Sessões, em 27.08.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 2103

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário REQUER, envio de expediente oficial solicitando ao Sr. Governador do Estado Roberto Requião a construção de uma Escola Integrada no Município de Rolândia.

Sala das Sessões, em 27.08.91

(a) EURIDES MOURA.

JUSTIFICATIVA:

A Vila Oliveira no município de Rolândia é atendida atualmente por 2 (duas) escolas estaduais superlotadas. Em volta desta Vila surgiram vários Jardins Habitacionais como Parigot de Souza, Domingos Neves, Novo Horizonte, Gustavo Giordani, Monte Carlo e Residencial Nogueira onde só foi aumentada a oferta de vaga com a construção de 06 salas de aula no Parigot de Souza, que também está lotado.

Assim se faz necessária a construção de uma Escola Integrada, que possibilitará a regularização das vagas e também beneficiará as milhares de crianças ali existentes.

REQUERIMENTO N° 2104

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário REQUER envio de expediente oficial, solicitando ao Secretário dos Transportes do Paraná, alocação de recursos no orçamento de 1992 da referida Secretaria, para a conclusão do Contorno Sul de Rolândia.

Sala das Sessões, em 27.08.91

(a) EURIDES MOURA.

JUSTIFICATIVA:

Atualmente o tráfego de 15.000 veículos/dia que trafegam pela BR-369, passam pelo perímetro urbano de Rolândia, colocando em risco a população e os veículos que fazem uso desta rodovia. O comércio existente no trecho por onde passam estes

veículos são altamente prejudicados, além de milhares de pessoas residentes em Vilas e Conjuntos habitacionais terem que transitar por este brutal tráfego da BR-369, expondo-se a atropelamentos, visto que, para ganhar o centro da cidade há necessidade de se atravessar a referida rodovia.

REQUERIMENTO N° 2105

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, envio de expediente oficial, solicitando ao Secretário de Transporte Mário Pereira, alocação de recursos no orçamento de 1992, para a conclusão da rodovia Rolândia - Pitangueiras.

Sala das Sessões, em 27.08.91

(a) EURIDES MOURA.

JUSTIFICATIVA:

A rodovia Rolândia - Pitangueiras é uma obra já iniciada e com todo o trabalho de infra-estrutura já iniciado ou realizado. Sua localização beneficia o escoamento de grande produção agrícola o que a credencia na relação Custo-Benefício.

Pela sua importância e para o que já tenha sido investido em suas obras não se deteriore, entendemos a necessidade de conclusão para que todos os produtores daquela região sejam beneficiados.

REQUERIMENTO N° 2107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de duas (2) viaturas para o atendimento da população, através da Polícia Civil, para o município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 27.08.91

(a) CÉZAR SILVESTRI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Guarapuava é o pólo sócio-econômico do Terceiro Planalto Paranaense, localizado no Centro-Oeste do Estado, abriga hoje cerca de 200.000 habitantes, sendo o maior município em extensão, no Paraná. Por isso mesmo, carece de uma estrutura policial à altura de sua importância e de sua área territorial.

Há dias passados, o Governo Estadual entregou às Polícias Militar e Civil, cerca de 140 viaturas para serem destinadas a diversos municípios do Estado, com vistas ao reequipamento policial daquelas municipalidades. Estranhamente, o maior Município do Estado não foi beneficiado com nenhuma viatura.

Assim sendo, solicitamos a Sua Exce-

lência, o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, que faça justiça àquele Município, destinando duas (2) viaturas, para atendimento eficiente da Polícia Civil àquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 2108

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando urgentes providências no sentido de reformar o prédio da Delegacia de Polícia do município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 27.08.91

(a) CEZAR SILVESTRI.

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em tela, vem de encontro à solicitação das autoridades policiais locais, que há muito vêm reclamando das péssimas condições em que se encontra a Delegacia de Polícia do município, a qual já se encontra praticamente sem condições de uso, necessitando de urgentes reparos, para que se possa dar bom atendimento à população.

REQUERIMENTO N° 2111

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja incluída no Plano de Obras do Governo do Estado, a pavimentação asfáltica da rodovia que liga a sede do Município de Sulina às Águas Termais de Sulina, devido ao grande tráfego de veículos que ocorre nesta via.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

As Águas Termais de Sulina têm registrado um grande volume de turistas que lá vão em busca de saúde em suas fontes de águas fluorosas.

O asfaltamento desta via é vital para dar continuidade ao processo de divulgação e aumento de visitantes para ali passar suas férias e/ou recuperarem-se de problemas de saúde.

Com uma estrada em condições ideais de tráfego, muitos benefícios serão assegurados, o aumento do número de visitantes importará a necessidade de hotéis, lanchonetes, campings e a oferta de mão-de-obra crescerá, melhorando a qualidade de vida dos habitantes da região.

É nestes termos que contamos com a compreensão e atenção do Poder Executivo para atender a solicitação dos sulinenses.

REQUERIMENTO N° 2112

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que inclua no plano de obras do Governo do Estado a pavimentação asfáltica da Rodovia ligando os Municípios de Sulina a São João através da Vila Paraíso, Região Sudoeste do Estado, que muito viabilizaria o transporte de grãos e demais produtos nessa região.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) CARLOS SIMÕES.

JUSTIFICATIVA:

A nossa solicitação prende-se ao fato de que a necessidade de melhoria dos transportes, é imprescindível ao progresso e bem estar de uma população diretamente atingida.

A produção agrícola e pecuária da região em questão é substancial para o bem-estar da população e a melhoria da arrecadação fiscal e tributos do Estado.

É neste sentido que contamos com a atenção do Poder Executivo, que com certeza está dando prioridade a nossa agricultura.

REQUERIMENTO N° 2113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que sejam efetuados estudos para posterior instalação de uma Circunscrição Regional de Trânsito- CIRETRAN, no Município de São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, tendo em vista os problemas causados por falta de estrutura física e de pessoal, tais como, evasão de taxas quando dos emplacements dos veículos e outros.

Sendo, portanto, de vital importância a reestruturação do serviço de uma CIRETRAN.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de que o Município de São José dos Pinhais, tem recebido um grande fluxo de migrantes, e por consequência os fatores econômicos se ampliam, necessitando a ampliação dos serviços públicos ali oferecidos, para que o Município que venha perder pela falta de condições de atendimento.

Ocorre que um grande número de veículos estão sendo emplacados em Curitiba, sendo calculada uma evasão de cerca de 40%, causando prejuízos à Cidade.

É com base nestas informações que so-

licitamos atenção do Poder Executivo.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 046/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - O artigo 1° da Resolução n° 38/91, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito no Município de Encantado do Oeste, com território desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas adiante especificadas:

"Tem como ponto inicial a foz do rio Encantado no rio Piquiri. Deste ponto sobe pelo rio Encantado até a foz do rio Barreiro, sobe por este até encontrar a linha de divisa das Colônias Pindorama e Peruíbe, segue por esta divisa até a divisa dos lotes 254 e 255, no ponto onde alcança o rio Descoberto, sobe por este até a foz da Sanga das Cobras, sobe por esta sanga até a linha de divisa dos lotes 99 e 100, segue por esta divisa até a linha de divisa da Fazenda Britânia, por esta linha de divisa segue rumo Norte até encontrar o Córrego Arapuçu, desce por este até sua foz no rio do Peixe, desce por este até a ponte sobre a estrada que vai para Palotina, seguindo pela referida estrada, rumo Oeste, até o rio São Pedro, desce por este até encontrar a linha de divisa da Fazenda Britânia, segue por esta linha de divisa até encontrar a nascente da Sanga Ariranhã, desce por esta até sua foz no Rio Piquiri, sobe por este até a Foz do Rio Encantado, ponto final".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A presente medida aqui proposta, objetiva alteração do texto legal, para atender solicitação do IBGE, através do Ofício DPE/259/90.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 375/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Jataizinho, Estado do Paraná, o lote 01, da Quadra 29 do Município de Jataizinho, com área de 800,00 m², conforme n° de ordem 4.440, Livro 3-E, do Cartório de Registro de Imó-

veis da Comarca de Uraí.

Parágrafo Único - A área de que trata o "caput" deste artigo será destinada à construção de apartamentos populares.

Art. 2° - O imóvel objeto desta doação fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, passando a fazer parte do patrimônio do referido Município, devendo retornar ao patrimônio do Estado do Paraná se sua destinação parecer.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(a) SEVERINO FÉLIX.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que aqui submetemos à apreciação desta Casa de Leis, e que tem por objeto a doação de área de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Jataizinho, fundamenta-se nas aspirações de vontade local, através da manifestação de suas lideranças políticas, juntamente com a Administração Municipal, com o sentido de oferecer à referida comunidade, por meio da presente medida, melhores condições de vida, através da construção de apartamentos populares.

Na área mencionada na doação anterior referia-se a construção de um Posto de Saúde, que contudo, foi construído em outra área, voltando, assim, a área doada ao Poder Executivo.

Assim sendo, esperamos poder contar com o necessário apoio dos nobres Pares desta colenda Casa.

PROJETO DE LEI N° 376/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Os valores provenientes do recolhimento de multas, por parte dos proprietários de veículos automotores, decorrentes do sistema de estacionamento regulamentado, qualquer que seja a denominação onde estiver implantado no Estado, reverterão integralmente ao município beneficiado, na forma que dispõe a lei.

Art. 2° - Os recursos que trata o artigo serão repassados à Prefeitura Municipal beneficiada que o destinará à segurança Pública e assistência social, seguindo orientação do conselho especial de segurança e assistência social, que estabelecerá metas para a destinação do montante repassado, bem como fiscalizará sua aplicação.

Art. 3° - O conselho especial de segurança e assistência será composto por um representante da municipalidade e um representante das entidades de assistência social, ambos indicados pelo Prefeito Municipal, um representante da Polícia Mili-

tar e outro representante da Polícia Civil, ambos indicados pelo Secretário de Estado da Segurança Pública, um representante escolhido e indicado pela Associação Comercial e Industrial do respectivo município, um representante da comunidade indicado pelas Associações de Moradores e um representante da Câmara de Vereadores, indicado pelo Presidente.

Art. 4º - O repasse dos recursos financeiros estabelecidos nesta lei se dará até 30 dias após o recolhimento pelo órgão arrecadador estadual.

§ 1º - O repasse será automático, sem a necessidade de qualquer ato reivindicatório por parte dos beneficiados.

§ 2º - Ultrapassando o prazo estabelecido no "caput" deste artigo o Estado incorrerá em juros e correção até a data do repasse.

Art. 5º - Ficam sem efeitos todos os convênios firmados entre órgãos da administração direta, indireta, fundacional e autárquica do Governo Estadual com quaisquer órgãos das administrações diretas, indiretas, fundacionais e autárquicas dos Governos Municipais que objetivam a destinação de parcelas da receita provenientes das multas referidas nesta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.91

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

Apoiamto: Paulo Maia, Rossoni, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Colombino Grassano e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Nos dias atuais a segurança pública, por motivos variados, um dos setores de responsabilidade do governo que menos recebeu atenção deste, em que pese o preconizado nos discursos. Segundo as autoridades por absoluta falta de recursos financeiros. Onde então ir buscá-los? Como tornar possível prevenir a criminalidade na sua origem?

O problema do aumento da criminalidade tem sido sentido principalmente nos grandes centros urbanos, conforme se observa pelas estatísticas apresentadas.

Justamente nestas cidades é que existe a exploração dos sistemas de estacionamento regulamentado, o qual arrecada vultosas quantias de recursos financeiros através da cobrança de multas que acabam ficando nas mãos do Governo do Estado.

Os valores arrecadados com a aplicação das multas não retornam aos Municípios, que afinal, são os que permitem a efetivação prática dos mesmos, dispensando material humano e administrativo.

Desta maneira, seria lógico que estes recursos sejam aplicados no Município que produziu a receita, o qual iria aplicá-lo

na segurança pública e em obras de assistência ao menor e ao adulto carente, buscando desta maneira minimizar a criminalidade.

Seria uma forma de premiar estes mesmos municípios, que são pólos urbanos regionais dotando-os de necessários recursos para fazer frente e reduzir o grave problema da insegurança reinante nos dias atuais.

Uma atitude imprescindível que deve ser adotada pelo Estado do Paraná, através de seu Governador Roberto Requião, o qual temos certeza não ficará insensível à abrangência desta propositura pelos vários setores que procura beneficiar procurando garantir uma melhor qualidade de vida aos cidadãos.

Exortamos, pois, os ilustres membros desta Casa, para a abrangência deste projeto que faz com que surjam nos municípios recursos necessários para seus programas sociais de segurança pública, e que seriam somados àqueles normalmente destinados pelo Governo do Estado."

(Encerrada a leitura).

O SR. PRESIDENTE (Heina Herwig) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, demais membros da Mesa, Senhora e Senhores Deputados.

Estamos encaminhando três requerimentos para apreciação dos Senhores Deputados. O primeiro deles estamos solicitando à Secretaria dos Transportes a conclusão das obras rodoviárias do Contorno Sul de Rolândia. Esta obra teve o seu início há cerca de 4 anos atrás, mas infelizmente paralisada há dois anos.

A conclusão daquela obra rodoviária é tão importante não só para Rolândia, mas também para toda a Região do Norte do Paraná, e faz com que este nosso requerimento tenha realmente um valor extraordinário porque a BR-369, que corta a Cidade de Rolândia na Av. Presidente Vargas, tem um tráfego muito pesado. Cerca de 12 a 15 mil veículos trafegam naquela região. E vejam os Senhores que, com aquele contorno, após concluída a sua obra, teremos o desafogo de um tráfego realmente muito grande e que prejudica sensivelmente a vida da comunidade rolandense.

A outra obra é a estrada que liga Rolândia ao Distrito de Pitangueiras, também no município de Rolândia. Aquela estrada também teve o seu início de construção há cerca de 4 anos atrás, mas infelizmente aquela obra encontra-se paralisada há cerca de 2 anos mais ou menos. É uma obra rodoviária de muita relevância para a vida de Rolândia, é uma estrada municipal,

havendo um transporte de produtos agrícolas muito grande. Ela está localizada nas imediações de uma destilaria de álcool da Cooperativa Agropecuária de Rolândia que produz cerca de 30 milhões de litros por ano e, naturalmente, com a conclusão daquela rodovia municipal tão importante, nós teríamos realmente essa facilidade de transporte de produtos agrícolas, com a cana para a destilaria de álcool, enfim, muitos produtos agropecuários que certamente seriam de uma importância capital para a vida e o destino de nosso município de Rolândia.

Por isso, nós gostaríamos que os Senhores Deputados nos ajudassem na aprovação desses requerimentos. O terceiro requerimento versa um pedido de construção de uma escola de tempo integral na Vila Oliveira. Esse bairro de importância na vida de Rolândia tem cerca de 20 mil habitantes e lá existem construídos, seis núcleos habitacionais e de fato a construção de uma escola desta natureza viria beneficiar e muito, não apenas estes bairros, mas outros bairros também importantes na vida da comunidade rolandense. Esta escola de tempo integral, de fato é uma reivindicação que estamos fazendo ao Senhor Governador do Estado, pedindo que haja sensibilidade, porque de fato, esse nosso pedido prende-se por uma questão justa, de uma região populacional e de um nível de poder aquisitivo muito pobre, pessoas que necessitariam de uma escolaridade com apoio mais integral.

Por isso, gostaríamos também que os Senhores Deputados nos dessem um voto de confiança, aprovando estes três requerimentos, todos eles de importância. Os dois primeiros não só para Rolândia, mas para toda a região do norte do Paraná, porque Rolândia é um dos contornos que está paralisado, mas cremos que a partir de 1992, possamos ter aquela concluída para o bem de toda a região do norte do Paraná.

Muito obrigado, Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Chega às mãos neste instante, um jornalzinho que diz o seguinte: "Senador José Eduardo presta contas. Ele prometeu e está cumprindo". E no jornal, em toda a edição desse pequeno jornal, nós acompanhamos o trabalho do nosso Senador lá em Brasília, Senador do Partido Trabalhista Brasileiro, e queremos neste instante, parabenizar o Senador, porque ele prometeu durante a sua campanha e realmente está cumprindo, está prestando contas ao eleitor do Para-

ná, do seu trabalho lá no Senado Federal, e não é um trabalho desimportante não, é um trabalho de muita profundidade. Tem abordado todos os assuntos que dizem respeito aos interesses do povo do Paraná e o tem feito com muita galhardia e com muito sucesso.

Outro assunto é com relação ao Governador Roberto Requião. Saiu na cena nacional em defesa da moralidade pública.

Nesse momento em que a Nação se debate, diante de alternativas cada vez mais estreitas, para romper o impasse de uma crise em que mergulhou há mais de uma década, é de muito bom tom, é salutar, proclamar o empenho do Governador dos paranaenses, para assegurar a mais alta lisura no trato dos recursos do povo.

O nosso Governador, com a desenvoltura que fez dele um político vitorioso, vem reclamando em todos os foros, e inclusive dentro do seu Partido, o PMDB, que as denúncias sobre a malversação de dinheiros públicos sejam apuradas. Sem entrar no âmago do problema partidário, porque eu integro outra agremiação política, sou levado a reconhecer, não obstante, que o governador dos paranaenses está coberto de razão e sua pregação missionária de austeridade no trato do tesouro comum. Porque a opinião pública nacional está a se convencer, pela repetição dos episódios, de que uma grande parte das mazelas que nos infelicitam repousa no desperdício - dizendo isso eufemisticamente, porque nós iríamos dizer, na roubalheira, na corrupção - e na leviandade com que são geridos os dinheiros decorrentes dos impostos suados e pagos pela população.

Nós temos assistido Governadores de Estado que terminam seus mandatos e depois correm o mundo inteiro, em longas legislaturas, pelos continentes deste mundo, gastando dinheiro que diziam não possuir, que se diziam pobres. Nós temos visto Secretários de Estado de governos que acumularam verdadeiras fortunas por quatro anos de gestão à frente de uma Secretaria de Estado. Isto tudo tem-se passado aos nossos olhos, as nossas barbas sem que ninguém reaja, sem que ninguém defenda o dinheiro do contribuinte.

Isto é uma das razões porque o povo está completamente desesperançado. Vão-se os pacotes econômicos com a sua aura pretensamente milagrosa, mas os problemas ficam, a inflação reacende e o povo empobrece. Não será porque há muitas perdas, inclusive intencionais entre a aplicação e a arrecadação? Mas é claro, é claro que é por causa da roubalheira, por causa da corrupção, por causa do dinheiro que é criminosamente desviado de obras assistenciais, da educação, da saúde. Temos visto as filas do INPS madrugada adentro, o tra-

balhador se postando numa fila, atravessando o frio da madrugada curitibana para conseguir uma consulta. Enquanto isso bilhões e bilhões de cruzeiros são desviados criminosamente. E ninguém se incomoda neste País, ninguém levanta a voz, ninguém denuncia, ninguém protesta, ninguém reage. Agora mesmo se propõe um novo pacote de medidas que vão até a mudança da Constituição, a pretexto de garantir recursos para a rolagem da dívida pública de Estados e Municípios. As medidas tiradas do vasto arsenal dos tecnocratas brasileiros que não têm contas a ajustar, porque nossas contas estaduais estão em equilíbrio e o Paraná nada deve que não tenha ou não esteja pagando segundo os termos dos respectivos contratos.

(É-lhe tirado o som).

Eu uso o Horário da Liderança.

Isso está politicamente correto? pergunto. Está moralmente correto? Nada disso, seria uma imposição injusta, que apenas corrói a legitimidade da federação brasileira.

Pelo contrário, o povo pede, - e pede veementemente - que sejam apontados os culpados pela falência do sistema de Estado e que sofram todos a ação corretiva que se faz justa.

Ainda agora um eminente Juiz de Direito de São Paulo decretou sentença absolvendo o jornalista Ruy Mesquita, diretor do respeitado "Jornal da Tarde", que havia sido denunciado pelo mesmo ex-governador Orestes Quêrcia, por suposto crime de calúnia. Mesquita cobrava fatos nebulosos do cidadão Quêrcia desde que esse personagem era prefeito de Campinas.

Na sua lapidar decisão o Magistrado inocentou de plano o profissional da imprensa, dizendo que Ruy Mesquita "fora movido simplesmente pela disposição de contribuir para a moralização da função pública".

Pois bem, eu penso que é esse mesmo espírito que impulsiona o Governador Roberto Requião. Mesmo que se alegue que a sucessão de casos em que auxiliares do ex-Governador paulista foram apanhados em fraude, não o atinge pessoalmente. Como citou o eminente jornalista Newton Rodrigues, em artigo no Jornal "O Estado de São Paulo", "tudo o chefe é administrativa e politicamente responsável pelo que ocorra dentro do seu governo, onde quer que dirija. Não vale fingir de santo em casa de tolerância".

Newton Rodrigues desmascara ainda, "as químicas da corrupção, que se processam em provetas especiais".

Ele junta que devolver as acusações a Requião não funciona, "haja o que houver, na pior das hipóteses, Requião continuará Governador e cobrando, sem perder seu po-

der de fogo".

Ademais, não adianta ameaçar Requião com recursos como ameaça de exclusão do seu Partido Político. Para Newton Rodrigues, esse é outro recurso infeliz, "pois não só o Governador do Paraná tem uma história de destemor e de lutas", como seu pretenso adversário parte de uma posição frágil diante da opinião geral.

Tenho discordado do Governador Requião em muitos episódios da sua vida pública, da sua vida política. Posso até discordar das últimas acusações que ele fez a um Parlamentar do Paraná na Câmara Federal e a outro cidadão ex-candidato a Senador. Não sei se são verdadeiras as acusações. Tenho discordado da maneira como ele trata os seus adversários. Da falta de respeito com que ele trata os demais Poderes desse Estado.

Agora, nem eu e nem qualquer político paranaense, conseguirá lançar uma pedra sequer na biografia de Roberto Requião, como um cidadão acima de qualquer suspeita, quanto à integridade pessoal. Nesse aspecto ele é absolutamente transparente, rigorosamente correto. O que faz, não visando cortejar demagogicamente as multidões, mas como um padrão pessoal de conduta que traz desde o berço. Eu convivi e tive a felicidade de conhecer o Dr. Wallace Tadeu de Mello e Silva, pai do nosso atual Governador. Era um homem de bem, era um homem destemido, era um homem corretíssimo. Por isso, eu acho que o filho traz nas veias o sangue do pai, por isso eu acho que o filho segue "pari passu" a trajetória do pai na vida política paranaense. Embora o Sr. Wallace Tadeu de Mello e Silva nunca tenha sido eleito, foi duas vezes derrotado como candidato a Prefeito, mas quando exerceu interinamente a Prefeitura da Capital, ele o fez com correção, com dignidade e acima de tudo com competência.

Ainda agora, visando assegurar elevado padrão de dignidade que idealiza para o Poder Público. O Governador do Estado revigorou uma Legislação que exige uma declaração de bens de todos os auxiliares do Governo.

Aliás essa medida, já tinha sido implantada, isto não é novidade, a medida foi implantada em 1963, pelo então Governador Ney Braga, através da Lei n. 4706, e que já está sendo cumprida. Periodicamente o Diário Oficial do Estado, publica a relação circunstanciada de bens dos principais titulares da administração do Paraná, para cotejo com igual listagem a ser divulgada quando os auxiliares deixarem seus cargos. Os registros são arquivados na Ouvidoria Geral e estão à disposição das autoridades, como uma evidência de que Roberto Requião transformou em ato a sua cruzada pela moralidade. Apenas nós não

concordamos quando ele assenhora-se da idéia, quando ele quer dizer que foi o pioneiro nessa iniciativa. Não. O pioneiro foi o ex-Governador Ney Braga, já em 1963 e exigiu através da Lei-Mensagem enviada a esta Casa, exigiu que todos os auxiliares da administração do Estado, publicassem a sua relação de bens e que ela fosse colocada à disposição do público para ser cotejada no final da administração.

Entretanto, o revigoramento dessa medida marca pontos ao ex-Governador do Estado. É preciso que agora, a cada ano se faça o cotejamento, porque não adianta fazer uma declaração de bens, e não se fazer o cotejamento a cada ano. Senão vai aparecer Secretário, aí que com uma fazenda de 100 alqueires, ganhou dois milhões de dólares num ano. Como o ex-Secretário do Governador Quéricia em São Paulo.

O que eu acho estranho nesse País é que se fazem as denúncias de corrupção, se mostram as evidências da corrupção, se mostram as provas materiais: e não há cassação de bens, não indisponibilidade de bens. não há ... o Ministério Público não leva adiante as denúncias e o que nós vemos sempre é o contribuinte lesado, o contribuinte fraudado e o País, os Estados e os Municípios à beira da falência, sem dinheiro para educação, sem dinheiro para a saúde, sem dinheiro para as estradas.

É preciso que haja uma nova consciência nacional a respeito da corrupção. Este País é um País fabulosamente rico, é um País que já deveria estar muito tempo alinhado entre os Países do 1º mundo, mas a miserável da corrupção não permite, porque nós vemos repito, Governadores que entram pobres no exercício do mandato e saem milionários. Vemos Secretários de Estado, vemos Ministros de Estado, Ministros de Estado que começou a sua carreira como vereador em 1964 e hoje uma das maiores fortunas do seu Estado.

Então nós vemos tudo isso acontecer aos olhos das nossas autoridades, judiciárias, aos olhos da classe política sem que ninguém reaja, sem que ninguém proteste, sem que ninguém tome uma medida para coibir este abuso. Eu faço este registro não para bajular o Governador Requião, porque nada lhe devo, nada lhe pedi e se eu o apóio, na sua administração, é porque eu acho uma administração correta. Mas, eu faço este registro para que nós possamos encorajar os homens públicos a tomar atitudes que realmente resguarдем o erário público dos ladrões e dos corruptos.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwing) - O terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente é o Deputado Ernani Pudell, a quem concedemos a palavra.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados.

Inicialmente gostaria de registrar aqui, a nossa preocupação com relação às recentes denúncias formuladas pelo Governador do Estado contra um Parlamentar da Bancada Federal do Paraná e de um conhecido político e empresário e também do nosso Estado.

Entendemos que estas acusações são por demais graves. Já ouvimos a defesa, pelo menos de um acusado e entendemos que o Governador do Estado, ao formular estas denúncias, se verídicas, deve levá-las ao conhecimento do Ministério Público e adotar, se empenhar para que esta denúncia seja efetivamente investigada a fundo. Ou então, caso haja uma retratação, como parece que se encaminha o caso, uma retratação das denúncias, entendemos também que o Governador do Estado deve ter mais cuidado antes de exhibir a sua língua ferina e não atacar pessoas de forma leviana.

Ontem, nesta Casa, se discutiu o requerimento por nós apresentado sugerindo a formação de uma Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Paraná, com o objetivo de fazer com que este Poder tomasse conhecimento da delicada questão agrária que temos em nosso Estado, e fundamentalmente, o objetivo do nosso requerimento era fazer com que o Poder Legislativo do Paraná tomasse a iniciativa de propor ações políticas e administrativas, no sentido de solucionar de forma pacífica, os conflitos que estão se registrando no Paraná.

O nosso requerimento, ontem, rejeitado pela maioria dos presentes, felizmente, na ausência de "quorum" tornará a ser hoje discutido e votado nesta Casa. Ontem, o argumento principal do nobre Líder do Governo, na ausência de algum argumento mais consistente, procurou remeter este trabalho, esta iniciativa, para a Comissão de Terras da Assembleia. E pronta e agilmente, o Presidente da Comissão convocou os membros para uma reunião, hoje, às 8:30 h na Sala destinada aos trabalhos das Comissões, nesta Casa.

Eu quero informar aos Senhores Deputados que hoje estive, pontualmente das 8:20 às 9:00 h aguardando na Sala de Plenário e nenhum Deputado pertencente à Comissão lá esteve.

Então, fica muito claro que a tentativa de colocar esta iniciativa para a Comissão Permanente desta Casa traz, na verdade, transvertido o objetivo de fazer com que este Poder fique omissa, calado, perante esta situação delicada.

Eu gostaria apenas de registrar aqui, para que os Deputados tivessem conhecimento, da manchete trazida no jornal "O Estado do Paraná": "Fazendeiros armam jagun-

ços contra invasões. Os pistoleiros têm ordem dos patrões de atirar para matar, após um tiro de alerta, a Polícia do Norte pioneiro nada faz".

Não é de hoje que este Deputado vem à Tribuna alertar que a questão agrária está se encaminhando, neste Estado, para um conflito armado, envolvendo de um lado sem-terras e de outro fazendeiros. De um lado pistoleiros, de outra trabalhadores rurais sem-terra. Solicitamos uma audiência com o Sr. Secretário de Segurança Pública, há 4 meses, e ele até hoje não nos concedeu. Enquanto isso as partes envolvidas no conflito agrário no Paraná estão começando a fazer justiça com as próprias mãos!

E o Estado, que desde o tempo do Império Romano já detém o monopólio das armas, assiste, de braços cruzados esta escalada de violência que tende a iniciar e se agravar rapidamente no Paraná. Quando eu digo Estado eu digo também Poder Legislativo que tem a tarefa de preservar os princípios fundamentais da democracia, os direitos humanos e tem fundamentalmente, aliás este Parlamento tem exatamente a função de, ao representar a sociedade com toda a sua diversidade, todas as suas correntes, extrair no processo democrático, de discussão, de entendimento, uma síntese que represente o pensamento da sociedade paranaense.

Nós também queremos avisar que está estampado hoje, nos jornais, que a PM se prepara para fazer um despejo na área de Campo Bonito, a área recentemente ocupada a qual nós queríamos visitar. Consta aqui também a promessa de resistência por todos os meios dos sem-terras, que dizem que preferem morrer do que voltar para a favela. Este é o quadro ao qual nós estamos assistindo.

O que é pior, nós tomamos iniciativa, um grupo de 7 Deputados, pedimos intervenção do INCRA, nesse caso, já que parece que as Comissões Permanentes não estão vendo nada acontecer no Paraná, pedimos ao INCRA que intervenha na ocupação de Campo Bonito. A resposta do INCRA é a seguinte: - O INCRA diz que a área ocupada, parte é da União, e que o INCRA tem legitimidade para intervir. Todavia o INCRA diz que necessita de um laudo que defina localização da ocupação, a localidade da área, e a produtividade desta área. O INCRA diz que só intervém com o laudo! Todavia a obrigação de fazer a vistoria é do próprio INCRA!

Então esta é a situação, estamos procurando alertar este Poder, alertar o Governo do Estado, no sentido de que nós pressionemos os órgãos competentes para que se faça, efetivamente, a regularização fundiária do Estado do Paraná. São mais de 40 decretos de desapropriações que pres-

creveram na gaveta do Presidente Collor! Nós estamos assistindo movimento de trabalhadores sem-terra, há 10 anos, lutando, pedindo e exigindo reforma agrária, e nada se faz! Já acabam ocorrendo estas ocupações ostensivas, acabam gerando intranquilidade para os proprietários que se armam, procuram se defender às próprias custas! Este é o objetivo da nossa comissão. Recebi hoje um telegrama, um apelo da FAEP, pedindo a nós, Deputados, que pressionemos o Governo do Estado do Paraná a desocupar as áreas invadidas pelos sem-terras no nosso Estado, utilizando a força policial.

Ora, Srs. Deputados, ninguém aqui deseja, ou estimula, a ocupação de áreas de terras como forma para resolver a questão agrária. Não vi a FAEP, por exemplo, mandar um telegrama ao Sr. Cabreira exigindo, juntamente com o Presidente Fernando Collor, que cumpram as promessas de campanha e assentem as famílias nas fazendas improdutivas do Paraná. Quantas áreas improdutivas neste Estado... enquanto isto o nosso povo está morrendo de fome nas favelas, na periferia, embaixo de pontes... Isto a FAEP não exige, que o Governo Federal cumpra com a sua obrigação constitucional, legal e execute a reforma agrária nas terras improdutivas e que faça assentamentos de forma pacífica. É isto que nós, enquanto Poder Legislativo, temos que exigir do Governo Federal.

Não apenas exigir que o Estado do Paraná, digo o Estado, fique com a parte do vilão apenas usando milhares e milhares de policiais para desalojar pobres trabalhadores, para bater, triturar, enfrentar com armas trabalhadores rurais, mulheres e crianças... É isto que a FAEP, é isto que as forças reacionárias do latifúndio improdutivo estão plantando no Paraná.

Srs. Deputados, temos a obrigação de olhar a questão social da terra com muita serenidade, com muita responsabilidade. Não aceitamos que a solução para os conflitos agrários, que estão existindo no Paraná, passem pela formação de jagunços, ou então pela mobilização, como está dito aqui neste jornal de Cascavel que 20% do efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná foi chamado para desalojar trabalhadores.

Enquanto isto, as nossas periferias da cidade estão expostas à violência de toda a forma. Cadê as crianças seqüestradas aqui no Paraná, onde estão, que dizem até que viraram banco de órgãos para transplantes? Onde está a proteção à violência que os programas policiais têm mostrado diariamente na televisão? É para lá que temos que mandar a Polícia Militar, e não para impedir pessoas que se recusam a ser criminosos e favelados de conquistar um pedaço de chão dar alimento a seus fi-

lhos.

Temos aqui hoje a notícia no jornal que sem-terras doam alimentos para comemorar ocupação. Hoje, neste momento, no município de Ibema os trabalhadores da ocupação da fazenda Badotti Caldarte estão doando alimentos para os bóias-frias daquele município; alimentos produzidos na ocupação que mantêm, que resistem há dois anos, sem apoio do Governo, sem uma saca de calcário, sem nada...Estão produzindo alimentos e estão entregando às famílias carentes, num exemplo de dignidade, num exemplo de solidariedade que só os pobres têm neste País.

Quero chamar a atenção dos Srs. Deputados para algumas lições que a História nos ensina. Vejam o que aconteceu na União Soviética, setenta anos de ditadura, a mais poderosa política secreta do mundo, a KGB, segundo maior exército, poderio militar e o que ocorre é que foi superada pela força de um povo que foi às ruas exigir liberdade. Eu espero, sinceramente, que este Parlamento tenha uma postura hoje, quando votarmos o nosso requerimento, de compreensão da delicada situação em que vivemos, que tenha a compreensão da situação, que nos coloquemos à frente das reivindicações justas do nosso povo pobre e trabalhador e não contra o nosso povo.

Era isso que eu queria dizer, muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Eu peço licença para me ausentar momentaneamente da sessão porque vou até a rádio PRB2 intraduzir a Cadeia da Legalidade que o Diretório Nacional do nosso Partido, o PDT, vai fazer realizar em todo território nacional, a partir das 15:30 de hoje, em comemoração aos 30 anos do brilhante episódio de cidadania que foi a convocação da resistência do povo brasileiro ao golpe militar que queria esmagar a constituição e impedir a posse do vice-presidente João Goulart.

Eu recorro a este Parlamento a incrível semelhança do gesto heróico do então jovem governador Leonel Brizola, hoje Governador do Estado do Rio de Janeiro, na época Governador do Estado do Rio Grande do Sul, no momento em que ele conclamou a Nação a respeitar a Constituição, resistiu às ameaças de bombardeio de Porto Alegre e teve na sua biografia um dos episódios mais bonitos de cidadania e emoção cívica, fato que lhe valeu, inclusive, a cidadania honorária do Paraná que lhe outorgamos, em memorável sessão deste Parlamento, em dezembro de 1987. Eu recorro à Assembleia a semelhança deste episódio da legalidade com o povo soviético na Praça Vermelha fa-

zendo cumprir a Constituição, respeitando o seu Parlamento, parando tanques a unha, enfrentando canhões e até ogivas nucleares dentro da idéia de que a legalidade deve permanecer.

Fique a lição deste dia gravada para todos nós, inclusive o dever de cada um dos Deputados, mesmo os do Partido do Governo, de obrigarmos o nosso "príncipe provinciano" e todos os "príncipes" a cumprirem as constituições no nome do povo juradas e proclamadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwing) - É um pedido de transcrição então, Deputado?

O SR. TOTI COLAÇO - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente, eu apenas queria esclarecer ao ilustre Parlamentar Ernani Pudell que durante a sessão de ontem, quando fazíamos a convocação da Comissão de Terras, Colonização e Cartografia, o Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, não a considerou tendo em vista que se estava ainda para ser apreciado o requerimento. Por esta razão é que não estivemos presentes na sala das comissões e em função de que o próprio Presidente oficialmente anunciava que a reunião não poderia ter sido convocada enquanto não se votasse o requerimento que estava sendo discutido.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa informa ao Plenário que realmente, o que o Deputado Toti Colaço informa à Casa é a realidade. A Presidência sustou a reunião da Comissão de Terras com referência a este assunto até que o Plenário decida pela aprovação ou não do requerimento de autoria da Bancada do PT.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Nós entendemos que a Comissão de Terras é uma comissão permanente que deve estar atenta a toda a situação fundiária dentre outras circunstâncias dentro do Estado do Paraná. As denúncias estão sendo formuladas há muito tempo, os fatos estão se repetindo, se agravando. Nós estamos propondo, através da nossa comissão, uma visita especial a um acampamento, escolhendo eventualmente por ter sido a última ocupação ocorrida no Estado do Paraná.

Agora, acho que a comissão deve se reunir pelo menos para designar uma comissão para acompanhar os cortejos fúnebres que certamente irão se repetir pelo Estado do Paraná, tanto de policiais como de agricultores sem terra.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa torna a reafirmar que a reunião a que se referia esta comissão, o requerimento deve ser votado ainda hoje, foi sustada pela Presidência.

No pequeno Expediente, Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu acredito que não precisaria ou melhor não precisaremos jamais neste Estado usar esta tribuna para falar a respeito de questões que já levantamos por diversas vezes e vejo uma notícia publicada no Jornal Correio de Notícias, na coluna da nobre Jornalista Débora, fazendo uma reportagem, levando ao conhecimento deste Estado inverdades que até questionadas com determinados parlamentares, eles têm nos sugerido que esses episódios devem ficar esquecidos, porque não se deve pegar briga com a imprensa, porque não se deve colocar essas coisas a público, porque elas acabam sendo esquecidas, mas nós queremos fazer uma política justamente ao contrário desta.

No início das nossas atividades parlamentares, quando do episódio da eleição da Mesa, nós tivemos a coragem de dizer o porquê e como estávamos votando. Já ocupamos esta tribuna em outras oportunidades para relatar fatos semelhantes a este que hoje o nobre Deputado Erondy Silvério também abordou, a crise moral que existe no gerenciamento da coisa pública neste País e diz lamentavelmente esta nota que nós estaremos assumindo resposta por escrito e assinando mandando a este jornal a realidade dos fatos que são abordados em sua coluna. Nós queremos deixar bem claro a esta Assembléia e ao povo do Paraná que com certeza o PSB, Partido Socialista Brasileiro e o seu único representante nesta Casa aqui não veio para os conchavos, aqui não veio para as benesses, aqui não veio para os acertos fáceis, aqui não veio para trair o povo paranaense que ainda acredita na seriedade de muitos homens públicos e nós queremos deixar bem claro e lamentar profundamente que fatos desta natureza, o nosso gabinete sempre esteve aberto, a nossa vida, ela sempre esteve aberta para que esses esclarecimentos de fato pudessem vir a público com comprovação e não com maldade, que ficamos sabendo posteriormente que esta não foi uma iniciativa daquela colunista, mas foi uma iniciativa de puxa-sacos do governo que para estarem em determinados cargos tem que mostrar que não tem competência, mas que são puxa-sacos e para se manter em determinados cargos só através do puxa-saquismo e desse tipo de discórdia e desse tipo de inverdades é que talvez consigam provar o porquê de estarem

em determinados cargos do Estado do Paraná. Nós queremos até solicitar e pedir a esses mesmos puxa-sacos que estão aí ocupando cargos do Governo do Paraná, já que têm esta facilidade para jogar esse tipo de inverdade na imprensa paranaense, que use o mesmo espaço para dizer da miserabilidade salarial, da vergonha em que se encontram os servidores públicos do Paraná, que diga da situação caótica, do descaso, da defasagem salarial, da situação de miséria e do desrespeito que existe em termos de servidores públicos do Estado, porque talvez esses cidadãos estejam nesses cargos e não justifique até o salário que ganham, quando coloca aqui uma inverdade a respeito eu acredito que não só do único parlamentar do PSB, mas é uma inverdade a respeito dos Parlamentares que ocupam este Poder, quando nesta coluna a nobre colunista coloca que os vencimentos de julho do único Deputado do Partido Socialista Brasileiro chegaram a cinco milhões de cruzeiros. Eu creio que os nobres Parlamentares deverão inclusive estar assustados, porque neste caso eu creio que nós não seríamos apenas o único beneficiado. Seriam beneficiados todos os Parlamentares nesta Casa. E nós não temos nenhum segredo em mostrar o contra-cheque recebido no mês de julho e acho que todos os Deputados comprovam que nós recebemos líquido um milhão e trezentos mil cruzeiros e mais a verba de representação de quatrocentos mil cruzeiros. Esta verdade a gente deve falar. Não devemos esconder do povo. Mas não podemos aceitar que apenas este Poder seja atingido, que apenas os Deputados Estaduais, que apenas os Deputados Federais sejam atingidos nesses processos. Se há de fato pilantragem, se há de fato safadeza, se tem alguém usando o serviço público, com certeza não é o representante do Partido Socialista Brasileiro. Quando diz também que o único Deputado do Partido Socialista Brasileiro requereu carro à Casa como Líder do seu Partido, ela incorre em outra inverdade, porque isto é uma norma da Casa e há poucos dias o 2º Vice-Presidente, e isto não foi inclusive em processo de sucessão na Casa, que nos falava a respeito do carro dizendo que todos os Partidos representados na Casa tinha um carro para fazer o trabalho político. Agora, nós temos o carro que está à disposição e que jamais utilizaremos para fazer atividades extra-político-partidária e nós não vamos ter vergonha da verdade. Nós estamos abertos aqui para dizer a verdade, para mostrar a realidade dos fatos. Se tem alguém utilizando-se de bens públicos em benefícios próprios, com certeza não são elementos do Partido Socialista Brasileiro e muito menos não são representantes, como temos certeza também que não é

Deputado que compõe este Parlamento. Então, eu creio que nós temos que começar a mostrar a verdade àqueles que têm interesse em saber da verdade e não deixar que a sociedade que já não acredita na representação político-partidária, ela não possa ser iludida e servir de chacota para esse tipo de desinformação e infelizmente um tipo de desinformação que nós ficamos sabendo vem e é feita, e é atravessada em determinados órgãos de imprensa através dos puxa-sacos que estão em cargos, que fazem, que prestam um desgoverno ao Governo do Paraná. Quando o Governo do Paraná fala em seriedade lamentavelmente vêm esses cidadãos que talvez estejam com um pouco de dor de cotovelo por a gente ter sido eleito e estar nesta Casa e talvez não tiveram condição de disputar uma eleição e estar aqui, fazem este tipo de intriga para tentar denegrir, para tentar destruir ainda mais a imagem do Parlamentar brasileiro, do Parlamentar do Estado. Vamos levantar a verdade, vamos mostrar a verdade. O Gabinete 405, a representação do Partido Socialista Brasileiro está à disposição, está aberta a esse tipo de esclarecimento, que eu acho que nós como representantes partidários desta Casa não podemos ficar nos calando eternamente a acusações infundadas, a este tipo de atitude que denigre ainda mais a representação do povo do Paraná através desta Casa ou através das Assembléias Legislativas ou através do Congresso Nacional. Quando diz também que o Partido Socialista Brasileiro vai mal das pernas, não, ele vai muito bem, que está sendo um partido com capacidade de discutir no seu seio, de discordar no seu seio os problemas existentes, que tem coragem de se firmar com discussão e não crescimento com oportunismos, e não crescimento utilizando-se das coisas públicas a que o povo pertence.

Mais adiante esta reportagem diz o seguinte: que dois cidadãos, que nós acreditamos até pela fertilidade, pela imaginação fértil que tiveram, criaram aqui dois elementos fictícios com os nomes de Maria Dirce e Renato Lombroso, advogado, que estão pedindo que a perestroika se instale, e que é uma iniciativa do movimento socialista. Mas é óbvio que nós queremos, é óbvio que nós não vamos negar a essa retórica jamais, que a transparência, que a verdade sejam postas porque nós falamos aqui tantas coisas boas em defesa, condenando algumas atitudes de Governo, condenando algumas misérias que existem, condenando algumas barbaridades que existem no ensino do povo brasileiro e nós não vamos às páginas dos jornais divulgando essa verdade.

Então, precisa-se checar, precisa-se passar ao povo esta realidade. Quando diz que nós requeremos à Casa Civil 300 bolsas

de estudos e esse processo foi indeferido, nós nos deparamos aqui com uma outra mentira, com uma outra falta de pudor, com uma outra falta de ética neste trabalho porque nós temos um pedido inclusive de 46 bolsas que não encaminhamos a ninguém porque nós sabemos que o processo está travado. Nós sabemos que houve até o Governo Álvaro Dias a liberação através, inclusive, do BANESTADO. Mas fomos informados também que não há, e no momento em que eu receber, seja o pedido de uma ou o pedido de 500 bolsas, ou um pedido de quem quer que seja, do eleitor que acredita em nós, nós estaremos fazendo e assumindo por escrito para que não haja dúvida, para que não haja segredo, para que não se crie mistérios, para que não faça fantasias, para que não se desrespeite o povo do Paraná com relação aos Deputados que compõem este Poder. E mais adiante diz também que o rompimento do Partido Socialista Brasileiro com o Governo Requião se deu em vista desse indeferimento de 300 bolsas.

Nesta Casa nós dissemos desde o dia em que chegamos que a nossa representação aqui era a política "quanto melhor, melhor" e não do "quanto pior, melhor para o Paraná". E não tivemos medo quando tivemos que falar em algumas assertivas do Governo do Paraná, e não usaremos desta tribuna e nem votaremos nesta Casa de cabeça baixa contra os erros, contra a falta de transparência em muitas questões que a gente notar em termos de Paraná.

Por isso, nós queremos deixar bem claro quando a colunista inclusive diz do nosso acerto na campanha política com o candidato ao Senado José Eduardo, eu acho que esses apaniguados, esses ocupantes de cargos fáceis, não por capacidade, mas por "puxa-saquismo", eles deveriam saber que nós tivemos a coragem de apoiar no 1º turno o professor Edson Sá da coligação PT/PSB, tivemos a coragem de apoiar Henrique Pizzolato, companheiro candidato ao Governo do Estado do Paraná. E jamais tivemos vergonha disso, que tentaram nos explorar porque talvez encontraram mecanismos fáceis de utilizar dinheiro desse cidadão, e talvez queiram se comparar ou queiram se espelhar na forma de agir, e queiram que nos espelhem na forma que esses cidadãos tenham de agir e do comportamento que nós deveremos ter neste Parlamento com relação à postura política.

Por isso, nós queremos deixar a essa colunista, a esse conceituado órgão de imprensa, aos órgãos de imprensa do Paraná, que toda vez que houver dúvida com relação as nossas posturas, não tenham vergonha de chegar a pedir a comprovação da verdade. Existe aí um pagamento que nós sabemos que vai ser motivo de exploração, dos 65% de correção dos salários dos Deputados, mas

precisa se colocar para o conhecimento da sociedade a cada instante as corrupções que existem nos diferentes cantos da vida pública e que representam muito mais do que os salários dos Deputados. Isso precisa ser estampado, os casos do INSS, os desvios feitos a nível de Previdência, os desvios feitos a nível de administração pública que deixaram a desejar.

Eu creio que no momento em que a sociedade brasileira - e o Paraná não é ilha e, por isso, deverá fazer parte -, no momento em que todos nós nos unirmos com esse objetivo nós acertaremos este País, mas enquanto se fizer maracutaia, se fizer safadeza, se fizer esse tipo de política desonesta em cima de quem quer que seja, nós jamais acertaremos e com relação à nossa representação nesse Parlamento, se fizermos e se descobriremos que fizemos qualquer acerto espúrio para nos utilizarmos da coisa pública de maneira fácil, não queremos deixar de registrar e coloque-nos na primeira página de todos os periódicos. Não se envergonhem não, porque não viemos aqui para nos beneficiar da coisa fácil, dos acertos fáceis, mas sim, para fazer uma política decente. Eu volto a repetir: é necessário que se estanque nesse momento a situação de miserabilidade em que vivem os servidores públicos do Estado do Paraná que estão pedindo, há quanto tempo, para que alguém se reúna com eles, para que alguém possa ouvi-los e eles possam dizer da realidade em que vivem com suas famílias.

Isso é o que nós temos que encontrar, este é o caminho que precisa estampar às páginas do Paraná, para os desacertos dos sem-terra, para a situação desumana em que vive a sociedade brasileira e o trabalhador deste país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, do PSDB.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em função da situação difícil em que vive o funcionalismo público do Estado do Paraná, uma política de achatamento salarial que não tem notícia na história deste Estado, em função das agruras que atravessa o servidor público do nosso Estado, em função do descaso com que têm sido tratados os líderes desses servidores públicos, em função da falta de diálogo entre o Governo e o funcionalismo, o PSDB não poderia ficar, em momento algum, ausente e teria, como tem, o compromisso de se manifestar neste Parlamento e publicamente.

Por este motivo, na tarde de ontem, em reunião do Diretório Regional do nosso

Partido, presidida pelo Deputado Hermas Brandão, resolveu-se tirar uma nota oficial, colocando bem claro, nitidamente a posição do PSDB diante das circunstâncias que atravessam os servidores públicos do Estado do Paraná.

É a seguinte a nota, Sr. Presidente.
(Lê):

"NOTA OFICIAL DO PSDB
Aos Servidores Públicos do
Estado do Paraná

A Comissão Executiva do PSDB, em reunião realizada no dia 26 do corrente aprovou a seguinte nota de apoio aos funcionários públicos civis, militares e professores do Estado do Paraná:

1 - A Lei n. 9.547 de 19 de janeiro de 1991, determina que os vencimentos dos servidores públicos estaduais sejam revisados e corrigidos todo o mês de junho de cada ano.

2 - Estamos no final do mês de agosto e até o momento o Governo Roberto Requião não apresentou nenhuma proposta de reajuste neste sentido.

3 - Adotando uma posição autoritária o Governo Roberto Requião nega-se a manter qualquer tipo de negociação com os servidores.

4 - Em verdade, o Governo Roberto Requião vem afirmando uma coisa e fazendo outra. As promessas progressivas de campanha se perderam nos embates eleitorais, substituídas no Governo, por posições ditatoriais, impondo ao funcionalismo violento achatamento salarial.

Assim, o PSDB reafirma total apoio aos professores e funcionários civis e militares do Estado em suas justas reivindicações, esperando que o Governador Roberto Requião cumpra a lei e honre os compromissos assumidos.

Comissão Executiva Regional do PSDB - PR.

(a) HERMAS BRANDÃO
Pres. Regional PSDB"

(Termina de Ler).

O Sr. Orlando Pesenti - Nós queremos nos congratular com Vossa Excelência que reassume suas funções de Parlamentar no Poder Legislativo do Estado do Paraná. Nós que bem de perto acompanhamos o trabalho de Vossa Excelência na condição de Deputado Estadual e além do mais o trabalho que o seu saudoso pai, Deputado Benedito Lúcio, aqui desempenhou sempre em favor das causas do nosso Estado, especialmente da região do Norte Pioneiro.

Queremos, no entanto, Deputado, mesmo respeitando a posição do PSDB, deixar aqui a nossa posição, que não é uma posição, evidentemente, de toda a Bancada, porque não a discutimos, estamos tomando co-

nhcimento apenas agora desta nota, mas dizer que não podemos concordar com a totalidade dos termos nela contidos. Porque o Governador Roberto Requião, em que pesem todas as dificuldades porque passa o Brasil e, conseqüentemente, o nosso Estado em termos de finanças, ele tem procurado sim resolver o problema dos salários e dos servidores do nosso Estado. Tanto que, dezenas de Mensagens já foram enviadas a esta Assembleia e muitas delas tratando exclusivamente de corrigir distorções que havia em termos de salários dos funcionários públicos. É evidente que não pode ainda, Sua Excelência o Governador, através do Governo do Estado, remeter à Assembleia uma Mensagem propondo reposição salarial a todos os servidores do nosso Estado. Mas a maioria dos servidores do nosso Estado, seja na forma de abono, seja na forma de reposição de perdas já recebeu do Governo Roberto Requião alguma coisa em termos de melhoria salarial. Hoje mesmo estamos votando em segunda discussão o abono para os Professores do Paraná. São mais de 80 mil servidores, a maioria dos servidores que já estão recebendo. Nós sabemos que isso não resolve o problema ainda, mas é alguma coisa que está sendo feita dentro daquilo que permite o Orçamento do Estado, dentro daquilo que permite a arrecadação do Estado. E vem em consonância justamente aquilo que assumiu o Governador como compromisso durante a sua campanha eleitoral: buscar resolver as diferenças graves que existiam de um servidor e de outro embora desempenhando as mesmas funções. Posso lhe assegurar que das reuniões que temos participado com a Administração, Fazenda, Casa Civil, Planejamento e o Governo do Estado em todas elas a questão salarial do servidor público vem à baila e é discutida. E o Governo do Estado está preocupado sim em resolver o problema salarial em que pese estar a frente do Governo apenas cinco meses.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, agradeço as palavras elogiosas dirigidas a nossa pessoa. Entretanto, compreendo perfeitamente a difícil função que Vossa Excelência exerce neste Parlamento, que é a função de defender o indefensável.

Sei da competência de Vossa Excelência, mas Vossa Excelência deve estar sentindo na alma as dificuldades de defender um Governo que não atende o que é sagrado para qualquer cidadão, que é o seu salário.

Vossa Excelência deve ter conhecimento de que um Policial Militar não ganha hoje 80 mil cruzeiros por mês. Isto é uma forma brutal de achatamento salarial. Nós temos que discutir primeiro isso para depois

buscar as soluções de outros problemas que advêm em função de uma política salarial injusta, indecente. Somente discutindo o bem-estar da sociedade, pagando bem o servidor é que nós vamos ter um policial militar, um policial civil trabalhando, produzindo e fazendo um Estado com uma sociedade mais justa.

Entretanto, isto não está acontecendo no atual Governo. E não é tão pouco tempo de exercício do Governo atual, que estabeleceu como prioridade na sua campanha o compromisso com a sociedade paranaense e principalmente com o povo mais carente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra.

(Declina).

PFL com a palavra.

(Declina).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 043/91, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, justificando sua ausência da presente sessão, em virtude de doenças na família. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Doutor Edson Silva Lino, constante do expediente, solicitando abono de sua falta na presente sessão plenária, por motivo de audiência com o Secretário Osmar Dias. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 037/91 - veto apostado ao Projeto de Lei nº 082/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonesse e outros que, altera a alínea "a" do artigo 19 da Lei nº 4.766 de 16.11.63 (Funcionários - IPE) com RELATÓRIO da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. (O Projeto de Lei

82/91 encontra-se publicado no D.A. n° 22, de 19.03.91)

OF/DTL/SAT/N° 154/91

Curitiba, 12.06.91

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 065/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 82/91, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação à alínea "a", do art. 19, da Lei n° 4.766, de 16 de novembro de 1963, a fim de incluir entre os beneficiários obrigatórios da previdência prestada pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, o companheiro da funcionária pública inscrita, para que o mesmo, em caso de falecimento daquela contribuinte, tenha direito à percepção de pensão pelo referido Instituto.

O projeto de lei em exame não mereceu acolhimento em razão de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis que fere frontalmente o mandamento contido no § 2°, do art. 42, da Constituição Estadual, segundo o qual:

"Nenhuma prestação de serviço de assistência ou benefício da previdência social, desenvolvida em prol dos servidores do Estado, serão criados, majorados ou estendidos sem a correspondente fonte de custeio total."

Por oportuno, vale ressaltar que a Magna Carta Federal, em seu art. 195, § 5°, contém igual preceito, dizendo, também, que "Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO N° 37/91

PARECER:

A presente proposição veto, comunicada a esta Assembleia Legislativa através do ofício SAT/DTL/ N° 154/91, do Gabinete do Excelentíssimo Senhor Governador, manifestando veto apostado ao Projeto de Lei n° 082/91 de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, que objetiva alterar a alínea "a", do artigo 19 da Lei n° 4.766,

de 16 de novembro de 1963.

Procedida a análise da Proposição em tela, ressaltamos a conformidade da negativa, com os preceitos dos artigos 87, inciso VII e 71, parágrafo 1°, da Constituição do Estado do Paraná, que estipulam competência e prazos para a manifestação de veto governamental.

Nestas condições, somos pela apreciação da Proposição em Plenário, haja vista que nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
ROSSONI - Relator

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Para encaminhar)
- Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Procederá à chamada nominal duas vezes. O Deputado deverá dirigir-se à Mesa dos trabalhos, onde receberá a sobrecarta rubricada do Senhor 1° Secretário.

A seguir dirigir-se-á a cabine indevassável, em cujo interior encontrará cédula de votação contendo as expressões Sim e Não.

Os Deputados que forem favoráveis a manutenção do veto, deverão se manifestar votando com a cédula Sim. Os que forem contrários ao veto em favor do projeto, deverão se manifestar com a cédula Não.

Para encaminhamento de votação concedo a palavra ao Sr. Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa em geral.
(Lê):

"O Governador Roberto Requião usando de prerrogativas conferidas pelo Art: 87, inciso VII combinando com o parágrafo 1° do Art. 71, ambos da Constituição Estadual vetou o Projeto de Lei n° 82/91 de autoria deste Deputado sob a alegação de inconstitucionalidade.

Na justificativa da sua Excelência o Governador, é repetido o parágrafo 2° da Constituição Estadual que diz:

"Nenhuma prestação de serviço de assistência ou benefício da Previdência Social, desenvolvida em prol dos servidores do Estado, serão criados, majorados ou estendidos sem a correspondente fonte de custeio total..."

Esse texto é repetição, na sua essência, do texto inserido na Constituição Federal, no art. 195 parágrafo 5°...

Senhores Deputados.

O Projeto de Lei n° 82/91 teve por objetivo dar nova redação à alínea "a" do Art. 19 da Lei n° 4766 de novembro de

1.963, afim de incluir entre os beneficiários da previdência prestada pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE - o companheiro da funcionária pública inscrita, para que o mesmo, em caso de falecimento daquela contribuinte, tenha direito à percepção pelo referido Instituto dos Benefícios Deferidos.

Na justificativa dessa matéria dizíamos que não há no universo, princípio mais correto do que proclama a igualdade entre as pessoas em direito e obrigações.

Essa igualdade é preconizada em todos os textos constitucionais... porque não há mais nada odioso do que o tratamento desigual para pessoas iguais.

No caso do servidor público estadual, essa desigualdade - essa sim, inconstitucional - o dinheiro da funcionária pública estadual, ou melhor dizendo, o dinheiro da mulher é tratado de forma diferente daquele descontado nos contracheques dos homens, ou melhor, dos Servidores Públicos, à guisa de Contribuição Previdenciária.

Isso significa dizer que o dinheiro do homem relativo às contribuições em favor do IPE vai se somar à participação orçamentária do Estado, no custeio da seguridade social no Paraná... o da mulher, não!
- Não é um absurdo?

Esse entendimento, caracterizado no Ofício DTL/SAT n° 154/91 do Excelentíssimo Governador do Estado, nós consideramos inconstitucional.

Não é o caso da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa que a propósito do nosso projeto de lei emitiu o seguinte parecer:

... (abre aspas) "Procedida à análise legal, constitucional, e regimental da proposição em tela, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa cumprindo essa comissão o dever de ressaltar a observância no inciso I do Art. 5° da Constituição da República Federativa do Brasil: "Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações", e no inciso III, do Art. 1° da Carta Magna Estadual: É objetivo do Estado a defesa da igualdade e o conseqüente combate a qualquer forma de discriminação".

Esta casa, pela manifestação da comissão presidida pelo Deputado Colombino Grassano tendo como relator o Deputado Valdir Rossoni e Deputados, os Senhores Deputados ao aprovarem o Projeto n° 82/91 e eu me lembro muito bem que foi por unanimidade desta Casa nada mais fizeram do que combater uma discriminação antiga, inserida na lei n° 4.766... discriminação que pretendemos, com a ajuda dos nobres pares, acabar.

Não há, como se observar naquele projeto nenhuma inconstitucionalidade. Nem

onde Governador do Estado foi procurar alegação, isto é, no Art. 42 da Constituição Estadual, porque se fosse aceito o argüido, o Estado e sua constituinte teriam aprovado uma constituição injusta... e, em conseqüência nula de direito.

Repetindo, o Art. 42 diz: O Estado promoverá o bem-estar social e o aperfeiçoamento físico e intelectual dos servidores públicos e de sua família.

§ 1° - A inscrição ao Órgão da Previdência do Estado é compulsória, qualquer que seja a natureza do provimento do cargo, inclusive para os magistrados, servidores da justiça e militares.

§ 2° - Nenhuma prestação de serviço de assistência ou benefício da Previdência Social, desenvolvida em prol dos servidores do Estado, serão criados, majorados ou estendidos sem a correspondente fonte de custeio total".

O Poder Executivo esqueceu de considerar ou de levar na devida conta que o benefício por nós estendido ao cônjuge ou companheiro, já possui a "Fonte de Custeio" suscitada e preconizada no Art. 195 da Constituição Federal:

O inciso I daquele artigo diz que a seguridade social será financiada; nos termos da lei, pelas seguintes contribuições sociais:

I - Dos trabalhadores, incidente sobre a folha de salários...

Ora, se a inscrição ao Órgão de Previdência do Estado é compulsória, não importando a natureza do provimento do cargo, não há porque, como quer o Poder Executivo, fazer crer que o benefício é inconstitucional, porque não tem fonte de recursos justamente porque, a primeira fonte, a do inciso I, da Constituição Federal, vem da contribuição "compulsória" do servidor.

Não fica pois qualquer dúvida que o dinheiro descontado todo mês da mulher servidora, vai ajudar a suprir os custos dos benefícios dados pelo IPE.

O que deixa perplexo este Deputado é que o Projeto de Lei n° 82/91 aprovado pelos Senhores Deputados, teve o condão de ser talvez, o primeiro no País a corrigir a discriminação. O Paraná, através desta Casa se antecipará ao próprio Congresso Nacional que só em junho aprovou os projetos de iniciativa da Presidência da República sobre a "Organização e Custeio da Seguridade Social" e o "Plano de Benefícios da Previdência Social".

Comprovando inexistir quaisquer resquícios de inconstitucionalidade o Presidente da República no dia 24 de julho sancionou a lei que entre outros benefícios estabelece este: "Pensão por morte".

- Para o viúvo ou viúva o percentual de 80% do valor da aposentadoria do segui-

rado ou segurada, com mais 10% por dependente até o máximo de 100 por cento.

É um benefício que não cessa ainda que o viúvo ou viúva venha a contrair núpcias novamente.

Como se vê a Lei Federal restabeleceu a igualdade entre homens e mulheres.

Entendo até ter sido desnecessário todas as colocações feitas neste pronunciamento. A Lei Federal mencionada é suficientemente capaz de contestar o argumento de inconstitucionalidade argüido pelo Senhor Governador do Estado.

Isto posto, solicito aos nobres Pares que, ao receberem o Projeto n° 82/91, atentem para o sentimento de justiça que ele propõe, para, na oportunidade do julgamento que se dará na apreciação do veto possamos, juntos, rejeitá-lo.

Essa atitude restabelecerá a igualdade entre esses mesmos servidores. Igualmente que a Carta Magna do Estado proclama em seu Artigo 1° e no inciso III.

Esta Casa de Lei não poderá estar em descompasso com o tempo que estamos vivendo, daí a necessidade, insisto, de rejeitarmos o veto do Governador do Estado ao Projeto n° 82/91.

Tenho dito, Senhores Deputados."

(Termina de ler)

Senhores Pares, eu peço, mais uma vez que analisemos com profundidade, pois não podemos, uma Assembleia hoje aqui composta com quase toda sua totalidade de homens, discriminar, mais uma vez, a mulher deste Estado e a mulher deste país!

Eu peço a vocês todos, este é um direito que a servidora pública estadual deve ter, hoje aqui, nesta Casa, sair com ele garantido. Eu espero que os Senhores tenham consciência pois eu entendo companheirismo, não entendo servidão!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação.

O Senhor 1° Secretário procederá à chamada dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede à votação nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 45 (quarenta e cinco) Senhores Deputados.

Designo uma comissão constituída pelos Deputados Rossoni, Fregonese, Eurides Moura e Pessuti para comporem a comissão es-crutinadora.

45 Senhores Deputados votaram: pela manutenção do veto, 17 Senhores Deputados; pela rejeição do veto, 28 Senhores Deputados.

Está APROVADO o projeto e REJEITADO

o veto.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Eu gostaria de agradecer aos nobres Pares que fizeram justiça hoje nesta Casa e dizer que cem mil servidoras públicas estarão hoje agradecidas à Assembleia Legislativa do Estado e lamentar aos companheiros que não foram companheiros, mas foram servos.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 048/91 - Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 024/91, de autoria do Deputado Carlos Simões que, autoriza a implantação de laboratórios de prótese dentária nos postos de saúde, conforme especifica. Com RELATÓRIO da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. (O Projeto de Lei n° 24/91, encontra-se publicado no D.A. n° 08, de 25.02.91).

OF/DTL/N° 164/91

Curitiba, 21 de junho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 85/91, dessa Presidência e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 024/91, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autorizar a "Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social", a implantar laboratórios de próteses dentárias nos postos de saúde, para atender necessidades complementares nos tratamentos odontológicos ali efetuados, na forma e condições que especifica.

Para a efetivação da medida proposta, o Estado teria que implantar 357 laboratórios, em seus Municípios, o que acarretaria um custo inicial de CR\$ 1.005.701.470,40, conforme dados da Secretaria de Estado da Saúde, sendo erigido, ainda, para o desempenho de suas atividades a contratação de 1785 profissionais da área.

Além de caracterizar uma inversão das prioridades estabelecidas pelo Estado com vistas à saúde bucal, embasadas em critérios científicos, tal projeto, se implementado, viria em detrimento da expansão de outros programas e serviços odontológicos com maior grau de eficiência, como é o caso do tratamento e profilaxia da cárie dentária.

Como os investimentos necessários para implantação e manutenção de tal empreendimento atingem cifras consideráveis, teriam, por imperativo da norma contida no artigo 133, § 2°, da Constituição do Estado, que estar previstos na Lei de Meios, o

que não ocorre com a matéria em exame, fato que, por si só, demonstra a marcante inconstitucionalidade do projeto.

Além do que, a medida proposta colide com os preceitos do art. 66, inciso IV, da mesma Carta, que atribui competência privativa ao Governador quanto à iniciativa de leis que visem definição de estrutura e atribuições das Secretarias de Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado
em exercício

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 042/91

PARECER:

A proposição em tela traz um veto aposto ao Projeto de Lei n° 024/91, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício n° 164/91, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembleia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Senhor Governador vetou o referido projeto de lei, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso VII e § 1° do art. 71, ambos do Instituto Constitucional Estadual.

A razão exposta pelo Senhor Governador para o mencionado veto é que objetiva o autógrafo autorizar a Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social a implantar laboratórios de próteses dentárias nos postos de saúde, para atender necessidades complementares nos tratamentos odontológicos ali efetuados, na forma e condições que especifica.

Para efetivação da medida proposta, o Estado teria que implantar 357 laboratórios, em seus Municípios, o que acarretaria um custo inicial de Cr\$ 1.005.701.470,40, conforme dados da Secretaria de Estado da Saúde, sendo exigido, ainda, para o desempenho de suas atividades a contratação de 1.785 profissionais da área.

Além de caracterizar uma inversão das prioridades estabelecidas pelo Estado com vistas à saúde bucal, embasadas em critérios científicos, tal projeto, se implementado, viria em detrimento da expansão de outros programas e serviços odontológicos com maior grau e eficiência, como é o caso do tratamento e profilaxia da cárie dentária.

Como os investimentos necessários para

Curitiba, terça, em 27.08.91

implantação e manutenção de tal empreendimento atingem cifras consideráveis, teriam, por imperativo da norma contida no art. 133, § 1°, da Constituição do Estado, que estar previsto na Lei de Meios, o que não ocorre com a matéria em exame, fato que, por si só, demonstra a inconstitucionalidade do projeto.

Além do que, a medida proposta colide com os preceitos do art. 66, IV da mesma Carta, que atribui competência privativa ao Governador quanto à iniciativa de leis que visem definição de estrutura e atribuições das Secretarias de Estado.

Diante do exposto a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário, opinando-se pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. 1° Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação secreta.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 45 Srs. Deputados.

Designo os Deputados Orlando Pessuti, Moura, Rossoni e Carlos Simões, para compor.

Votaram 45 Srs. Deputados.

Pela manutenção do veto, 22.

Pela rejeição do veto, 22.

Um voto nulo.

Está mantido o veto.

O Sr. 1° Secretário procederá à chamada para votação seguinte.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 43/91, veto aposto ao Projeto de Lei n° 66/91, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, que autoriza o cadastramento de todos os deficientes físicos do Estado do Paraná e dá outras providências. Com RELATÓRIO da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

(O Proj. de Lei n° 66/91, encontra-se publicado no D.A. n° 19, de 14.03.91).

OF/DTL/N° 166/91

Curitiba, 21 de junho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 87/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1° do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de

Lei nº 66/91, porque o mesmo, pela forma como está exposto e redigido, não apresentando as necessárias condições de exequibilidade, é contrário ao interesse público, conforme razões adiante expostas.

Dispõe o autógrafo que o Governo do Estado fica autorizado a promover, no prazo de 180 dias, cadastramento de todos os deficientes físicos existentes no Estado, carentes de recursos, e que necessitem de apoio governamental e que, concluído tal cadastramento, a Secretaria de Estado competente promoverá os atendimentos, empregando todos os recursos orçamentários disponíveis. Prevê ainda, que os deficientes já cadastrados e interessados no atendimento, terão ampla e gratuita assistência de serviços médicos, conforme especifica.

Embora reconhecendo a louvável preocupação do Senhor Deputado autor do projeto, em assegurar melhores condições de vida aos deficientes físicos, não foi possível dar acolhimento a tal proposição, pela certeza de que, face a já apontada falta de exequibilidade, não viria surtir eficazmente os fins colimados.

Ressalte-se que o projeto em causa, mesmo na intenção de ser caracterizado como autorizatório, constitui-se ato imperativo, eis que estabelece prazo fatal para a realização de cadastramento dos deficientes existentes no Estado, sem entretanto estabelecer qualquer detalhamento quanto à distribuição de competências, entre os órgãos públicos estaduais, nem prevendo a indispensável participação de organismos municipais e de entidades assistenciais de natureza privada, para trabalho que, pela sua natureza, indubitavelmente, requer ação ampla e conjunta de todos os segmentos da sociedade.

Por outro lado, é importante mencionar que o veto ora apostado não deixa os deficientes físicos em situação de desamparo, visto que aos mesmos é atualmente prestada assistência médica de forma universal pela Secretaria de Estado da Saúde e pelo Sistema Único de Saúde - SUS, além de contarem com as atenções dos núcleos que a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social mantém por todo o Estado.

Ademais, vale lembrar que o questionado cadastramento, pela forma como está preconizado, seria inócuo, porque, a rigor, nunca chegaria a retratar uma situação real do problema, visto que este muda constantemente sua feição em razão da dinâmica e da rápida mutação dos fatos e circunstâncias que o cercam. Em outras palavras, isso significa dizer que tal levantamento estaria totalmente superado e defasado, já no momento em que fosse concluído.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, resti-

tuo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 66/91

VETO APOSTO

P A R E C E R:

Examinando o veto apostado ao Projeto de Lei nº 66/91, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, verificamos que o mesmo ocorreu em concordância absoluta com o art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

Por tais fatos, entendemos estar o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Em votação.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Votei com o Deputado Fregonese, com Carlos Simões e vou votar com o Deputado Carlos Martins. E gostaria que todos votassem nesse projeto. O pensamento do Deputado Luiz Carlos Martins, e eu não estou autorizado aqui para defendê-lo, é de fundamental importância para o Programa Social do Governo do Estado do Paraná.

O Governo do Estado pede ao Deputado Carlos Martins que num prazo de 180 dias, e eu iria mais longe, já que é um projeto autorizatório, para fazer um cadastramento de todos os deficientes físicos do Estado do Paraná. Eu não iria só aí, deficientes físicos que precisam de uma cadeira de rodas, que tem problema visual, aquele que precisa de um carrinho especial para uma criança excepcional, aquele que precisa de um perna ortopédica, que precisa de braços e até de uma prótese das mãos - a maioria é feita no Rio de Janeiro -, de deficiência dentária e de um dos principais problemas que recebo nesta Casa que é a criança de dois, três, quatro, cinco anos de idade e que tem deficiência auditiva e não sabe falar a palavra "papai" ou a palavra "mamãe". Ela não tem condições de ouvir. Um aparelho auditivo, hoje, custa uma fortuna incalculável para se dotar a criança. E nós, Parlamentares, não temos condições de dotar os nossos Gabinetes de aparelhos auditivos, de cadeiras de rodas, de óculos ou de aparelhos ortopédicos.

É de fundamental importância esse projeto porque ele iria fazer ... porque o

Governo poderia procurar as emissoras de rádio, os jornais, os canais de televisão e fazer uma chamada geral para que todos viessem ao Governo se cadastrar e aí sim o Governo saberia quantos paralíticos teríamos no Estado do Paraná, quantas crianças surdas-mudas teríamos no Estado do Paraná, quantos trabalhadores da região do Prefeito Severino Félix, aquela região de Assaí, Uraí, que as vezes perderam o seu braço a sua mão na banha ou naquele maquinário do rami. Eu recebi recentemente um trabalhador daquela região, que está sem os braços e sem as mãos, sem uma mão. E através do meu gabinete eu mandei fazer a prótese do braço e mandei fazer a prótese da mão. Mas não é sempre que nós Deputados temos condições de estar fazendo esse tipo de trabalho, porque custa uma fortuna, custa muito dinheiro. E o importante desse trabalho, do projeto do Deputado Luiz Carlos Martins, entendam Senhores, o importante é que com esse cadastramento o próprio Governo do Estado do Paraná, poderia montar um setor social do Governo do Estado; porque hoje, para você conseguir uma cadeira de rodas na LBA exige - exame de sangue, atestado de pobreza, exige uma série de documentos que estava na hora de acabar com isso nesse País.

O paralítico quando precisar de uma cadeira de rodas, ele tem que chegar no setor social do Governo e dizer-eu sou paralítico, eu não posso andar, eu vim aqui pedir uma cadeira de rodas, me dê por favor uma cadeira de rodas; e o Governo não iria exigir atestado de pobreza, atestado de boa conduta, atestado de AIDS, atestado de sangue, atestado disso ou daquilo. Esse problema burocrático que atravessa esse País e que atravessa também o Estado do Paraná.

Por isso eu acho de fundamental importância o seu projeto Deputado Luiz Carlos Martins, não custa nada se fazer um alerta geral do Paraná, hoje mesmo eu atendi no meu gabinete três Senhores que precisavam de aparelhos auditivos, e eu explicava que custava uma fortuna, e que nós iríamos trabalhar para conseguir; que quem poderia fornecer isso, seria o Governo do Estado e até o Governo Federal. E eu acho de fundamental importância, porque com este projeto o Governo do Estado, Senhores Deputados pode abalizar, quantos deficientes nós temos no Paraná? Quantas crianças surdas, mudas, nós temos no Paraná? Quantas pessoas que não têm pernas no Paraná? - Recentemente - eu recebi uma criança aqui da Vila São Pedro, que o trem passou em cima dela, ela ficou desse tamanho - (delimita o tamanho) - sem as duas pernas; e ela não sabia a quem recorrer, a mãe não sabia, se ela estivesse cadastrada no Governo, naturalmente o Governador Roberto Requião,

através dos seus Secretários, escolheria uma assistente social, uma psicóloga para ir a residência e ver. Não custa nada, eles são Governo meu Deus do céu. Governador pedir, o Setor Social ter uma psicóloga: nós temos milhares de psicólogos desempregados nesse Estado. Nós temos milhares de assistentes sociais desempregados nesse Estado, com cadastramento, pega-se a ficha, a assistente social vai à residência e vê, mas sem burocracia; nós estamos aqui para saber se o seu filho não tem as pernas. Não tem? Tudo bem, então nós vamos levá-lo com ambulância para o setor social do Governo do Estado do Paraná, setor social do Governo do PMDB. A criança chega lá, imediatamente ela já é encaminhada a um médico. Imediatamente as pernas já vão ser confeccionadas, imediatamente a Assistente Social já vai trabalhar em cima da criança, imediatamente ela já passa para a sala da psicóloga, para a psicóloga trabalhar em cima do trauma daquela criança.

Por isso, que eu acho de fundamental importância Senhores do PMDB, o quanto é importante o projeto do Deputado Luiz Carlos Martins. Eu já estou lutando com isso há anos, lutei como Vereador em Londrina, lutei como Deputado durante os quatro anos nessa Casa e volto a lutar novamente, ao lado do Deputado Luiz Carlos Martins, para que esse projeto fosse aceito. Não é um projeto obrigando! Ele está autorizando. O Governo faz se quer! Mas, poderia ficar lá na mesa do Governador. O Governador dirá: "Nós temos um projeto bom, aqui. Vamos fazer este trabalho". Vamos ver quantas crianças existem no Paraná. Vamos saber quantos excepcionais existem no Paraná, que não têm uma escola, não têm carrinho! Agora, virou uma fila de mães, nesta Assembleia, pedindo carrinho para bebês excepcionais! Vocês não sabem quantas crianças excepcionais existem neste Estado! Que precisam de um carrinho especial.

Então, não custa nada, companheiros do PMDB, do PT, do PFL, do PSDB, de todos os Partidos, não custa nada este Projeto ser aprovado! Que ele sirva ao Palácio como um grito de alerta, porque é muito importante para nós Deputados, e até mesmo Senhor Deputado Orlando Pessuti, para o programa social do Senhor Governador. Não custa nada, este grito de alerta do Deputado Luiz Carlos Martins. Isto aqui é um grito de alerta! Isto vai ajudar o Deputado Djalma de Almeida César, que está na FASPAR. Ele não sabe quantas crianças paralíticas existem neste Estado! Não custa nada.

Posso até perder com o Deputado Luiz Carlos Martins, mas estou consciente de que vou votar um projeto que vai ajudar o Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. MARIO BEZERRA - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em momento de votação não é permitido aparte.

O SR. MARIO BEZERRA - Então, para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MARIO BEZERRA - (Para encaminhar) - Eu gostaria de endossar as palavras do nobre Deputado Alborghetti e dizer que aprovando o projeto do companheiro Luiz Carlos Martins estaríamos homenageando, inclusive, os excepcionais e os deficientes, porque nós vivemos, até o dia 28, a Semana do Excepcional.

Portanto, eu endosso totalmente o que o Deputado Alborghetti disse e fico com o projeto do nobre Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Agradeço a defesa do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, porque ele, na verdade, colocou na tribuna desta Casa o que nós Deputados, sentimos no dia a dia do nosso trabalho, diante de uma miséria que cresce desordenadamente, de uma miséria que galopeia e galopeia mais do que os trezentos quilômetros por hora do Airton Senna.

Sentimos na carne, sentimos de perto a necessidade de legislar não em causa própria. Mas, em causa do próximo. Fomos acusados de fazer assistencialismo. Principalmente os radialistas, de fazerem assistencialismo. E nós não queremos fazer assistencialismo. Nós não queremos! A prova está neste depoimento do Deputado Alborghetti. A prova está no próprio projeto do companheiro, do colega Carlos Simões.

O que nós queremos é que o nosso discurso de campanha se torne realidade neste plenário. Que ele se concretize, neste plenário. Nós todos fomos para os palanques e falamos em alto som que a questão social é uma questão do Executivo. O Executivo foi para os palanques e disse que a ação social era responsabilidade dele, que Deputado não era eleito para dar cadeiras de rodas, para dar muletas, para dar dentaduras, para dar óculos. Mas, como é que nós podemos passar, como é que nós podemos ficar insensíveis diante daquele irmão ou

daquela irmã, que está lá há cinco ou dez anos em cima de uma cama, necessitando de uma cadeira de rodas?

E nós, Senhor Presidente, nós não fomos eleitos para dar cadeira de rodas, nós não fomos eleitos para dar óculos!

É diante dessas colocações todas que nós fazemos um apelo, não de confronto ao Governador Roberto Requião, pelo contrário, porque eu tenho certeza que ele também se preocupa com o social, quando nós sabemos que este projeto não vai resolver o problema social e econômico do País, a coisa é muito mais profunda! Nós sabemos que a raiz do problema social é o problema econômico, mas nós precisamos encontrar uma saída! Nós queremos o que? Nós, Assembleia Legislativa do Paraná, quando amanhã nos acusarem de fazer assistencialismo nós vamos dizer, com o peito aberto, que nós aprovamos aqui, Sr. Presidente, um projeto que autorizava o Executivo a fazer um levantamento dos deficientes do Estado, e que este mesmo Executivo atenda os deficientes!

E vou mais além, na parte econômica, se eu compro uma cadeira de rodas é um preço, Deputado Alborghetti, Deputado Costenaro, mas se o Deputado Afonso Júnior comprar 1.000 cadeira é outro preço, minimiza! Se o Governo do Estado comprar 2.000 cadeiras de rodas, e o Governo não precisa entregar estas cadeiras através de Deputados, o próprio Governo vai entregar! Eu não quero entregar cadeira de rodas num programa de rádio, eu sei que fui muitas vezes acusado e outros companheiros foram acusados disso. Eu nunca quis! Eu senti necessidade, como cristão, como ser humano de ajudar um irmão em cima de uma cama!

Então este nosso projeto, não queremos com isso confronto, volto a repetir com o Executivo, confronto com o Governador Roberto Requião, o que nós queremos é colaborar com o Governador Roberto Requião, porque a partir do momento em que o Governo do Estado faz uma licitação 10.000 óculos é um preço, na hora em que o Deputado Setti vai comprar 10 óculos é outro preço, é muito maior, Srs. o que nós queremos é economia e nessa economia atender os mais necessitados, são as prioridades.

Eu votarei pela rejeição do veto e espero a mesma atitude dos companheiros desta Casa, então poderemos dizer amanhã: - "Nós aprovamos o projeto na Assembleia que autoriza o Governo do Estado a fazer um levantamento e entregar estas cadeiras de rodas, esses óculos, esses aparelhos todos."

É esse o nosso apelo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - O Sr. 1º Secretário procederá à chamada dos

Srs. Deputados para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (João Arruda) - Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 44 (quarenta e quatro) Senhores Deputados.

Designo uma comissão constituída pelos Deputados Ernani Pudell, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra e José Afonso Júnior para comporem a comissão escrutinadora.

O Senhor Deputado Nilton Barbosa vai votar.

São 45 Senhores Deputados.

Votaram 45 Senhores Deputados.

Pela manutenção do veto, 17 Senhores Deputados.

Pela rejeição do veto, 28 Senhores Deputados.

Está REJEITADO o veto e APROVADO o Projeto.

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/91, de autoria do Deputado Cezar Silvestri e Albino Corazza, que altera a redação do Art. 10 da Lei nº 8.933 de 26.01.89, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.I.C., EMENDAS DE PLENÁRIO, com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., apresentando EMENDA SUBSTITUTIVA às EMENDAS DE PLENÁRIO, nºs 02 e 03 por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

EMENDA DA C.C.J.:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 149/91

PARECER:

Autores: Deputados Cezar Silvestri e Albino Corazza

I. O presente projeto retornou a esta Relatora para exarar parecer a respeito de três emendas a ele apresentadas.

II. Feita a análise das emendas, todas apresentadas dentro do prazo legal, opinamos pelo acatamento das de números 02 e 03, propondo que passem a ter, então, a seguinte redação:

"Art. 10 - Não integra a base de cálculo do imposto o montante do:

I -

II -

III - Acréscimo financeiro cobrado nas vendas a prazo, para o consumidor final.

Parágrafo Único - A exclusão de que trata o inciso III, é condicionada:

I - à indicação, no documento final relativo à operação, do preço à vista e dos acréscimos financeiros;

II - a que o valor excluído não exceda

ao resultado da aplicação de taxa - que represente as praticadas pelo mercado financeiro - fixada mensalmente pela Secretaria de Estado da Fazenda, sobre o valor do preço à vista;

III - o acréscimo financeiro que exceder ao valor estabelecido no inciso II deste parágrafo será tributado pelo valor total da venda a prazo, de acordo com a legislação vigente"

Em relação à emenda de nº 01, propomos que a mesma seja apreciada pelo douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - A emenda apresentada pelo Partido dos Trabalhadores de nº 1, nós estamos requerendo a retirada da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Considerada como retirada.

Em votação o projeto. Aprovado.

Em votação a emenda da C.C.J., a que se refere as emendas 2 e 3. Aprovada a emenda substitutiva, estarão prejudicadas a 2 e 3. Aprovada.

O SR. ALBINO CORAZZA (Pela Ordem) - Em virtude da ausência justificada de um dos autores do projeto Cezar Silvestri, que assume amanhã como vice-prefeito a Prefeitura de Guarapuava. Nós queremos em nosso nome e em seu nome agradecer a bancada do PT que fez a retirada da emenda e agradecer o apoio unânime ao projeto e a emenda substitutiva da C.C.J.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 53/91, concede, a partir de 01.08.91, abono provisório no valor da diferença entre o vencimento inicial da Classe A, Nível de vencimento I, e o vencimento inicial da Classe C, nível de vencimento 3, do quadro próprio do Magistério, ativo e inativo, aos professores de 1º e 2º graus da rede Estadual de Ensino. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., com EMENDA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós estamos apreciando a mensagem do Governo do Estado que concede um abono provisório no valor de diferença entre os

níveis iniciais de carreira para o magistério do Paraná. É lamentável que com tanta propaganda que se fez a nível de professor melhor pago do Brasil nós tenhamos uma mensagem que trate de um abono e abono provisório, quando se esperava que neste Estado de fato se tivesse um projeto de lei salarial para esses servidores públicos e a Emenda que apresentamos nobres companheiros da Bancada do PT ela procura dar garantia a esse abono que a nosso ver é lamentável, é uma vergonha, mas nós não podemos votar contra porque sabemos que ver esse abono é pior do que não tê-lo, quando se luta por um reajuste salarial convincente, de respeito e de fato, a esses profissionais e lamentavelmente tenha que se apresentar esta Mensagem quando se espera alguma discussão que dê de fato aquilo que esses servidores esperam. E emenda dos companheiros do PT visa simplesmente, apesar da Liderança do Governo, já estar trabalhando a nível de Bancada para que se vote o projeto e se derrube a emenda. Mas essa emenda dos companheiros do PT visa simplesmente dar garantia a essa proposta de abono que nós sabemos que da forma como as coisas são postas a nível de Governo, a qualquer momento o Governo também pode retirá-la. Então a emenda dos companheiros do PT visa nada mais nada menos, do que dar garantia. No momento em que o Governo definir uma política salarial para os servidores públicos do magistério, obviamente aí vai se discutir a questão da retirada ou da manutenção do abono ou da sua incorporação em cima do reajuste salarial, porque este abono não representa reajuste, quando se tem uma defasagem, só no atual Governo, de mais de cento e trinta por cento e se propõe um abono que dá em torno de 38% isto não fica bem claro, os companheiros do PT foram bastante felizes quando apresentaram uma emenda para dar garantias a esses servidores de não terem pelo menos essa mesquinha tirada a qualquer momento ao bel prazer do Governo. Então nós entendemos que todos aqueles Deputados conscientes e preocupados com a situação do funcionalismo público, em especial quando esse projeto trata dos professores, votarão favorável não só ao projeto como também à emenda dos companheiros do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Aprovado.

Em votação a emenda da C.C.J.

Rejeitada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 040/91, de autoria do Deputado João Arruda, altera a redação do memorial descritti-

vo dos limites e confrontações da área proposta para compor o município de Flor da Serra. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 320/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o nome da entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei n. 6251 de 20/11/71, de "Associação de Assistência ao Psicopata do Paraná", para "ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL DO PARANÁ. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 92, de 08.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 320/91

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, altera o nome da entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei n. 6.251, de 20.11.71, de "Associação de Assistência ao Psicopata do Paraná" para "ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DO EXCEPCIONAL DO PARANÁ".

A medida visa permitir a identificação da referida entidade pelo seu atual nome, adotado em assembleia realizada em 15 de agosto de 1975. Impede-se assim que a entidade sofra qualquer tipo de dificuldade em função da mudança de nome.

Além disso, a documentação em anexo ao projeto de lei, comprova o elevado alcance da Associação, que coordena amplo serviço de assistência médico-pedagógica e social a portadores de deficiência mental, buscando a sua integração social.

Não existe nenhum impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Assim, manifestamos o nosso Parecer Favorável a mesma, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR (Pela Ordem) - Só gostaria de comunicar a V.Exa. para justificar a minha ausência nos dias de amanhã e de quinta-feira, porque viajo à minha região norte-pioneiro, onde o Senhor Governador Roberto Requião estará interiorizando o Governo na cidade de Wenceslau Braz e depois de amanhã nós estaremos entregando a liberação da segunda parcela de 99 casas do padrão família para o município de Arapoti.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, no mesmo teor já foi inclusive entregue à Mesa a justificativa por escrito: o Deputado Dr. Rosinha está ausente porque cuida do seu pai que tem uma grave enfermidade e problemas sérios. Então, não pôde estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As faltas serão justificadas.

Sobre a mesa, requerimento de nº 2118, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2114, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2119, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2115, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2034, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia de hoje e ainda na tarde de ontem, posteriormente à sessão plenária, esta Liderança houve por bem consultar os integrantes da nossa Bancada, não só aqueles que integram o PMDB, mas a bancada de apoio ao Governo do Estado. E por mais de uma ocasião estivemos reunidos com o Deputado Toti Colaço, que preside a Comissão de Terras, Colonização e Imigração da Assembléia Legislativa.

Nós, Senhor Presidente, continuamos a entender que esse tipo de atribuição que estamos dando após a aprovação dessa comissão especial a um grupo de parlamentares é da competência da Comissão de Terras, que é uma Comissão regimental da Assembléia Legislativa e que tem, dentre as suas finalidades e atribuições, cuidar de assuntos, cuja guarda está sendo proposta através de uma comissão especial. Tivemos o cuidado, inclusive na tarde de ontem, de conversar com o Presidente do ITCF, Dr. Vítorio Sorotiuk, acerca desse assunto porque entendemos que, diferentemente do que colocou na tarde de ontem aqui o Deputado Ernani Pudell e seu liderado Dr. Florisvaldo Fier, não é a Bancada PMDB, mas é o bloco dos aliados que pretende "roubar" idéia do Dr. Rosinha, ou do Dr. Ernani Pudell, ou do Deputado Ovídio Constantino. Nós não temos interesse de

"roubar" nada de ninguém, quanto mais idéias desses Parlamentares. Nós estamos aqui para tentar, na medida do possível, cumprir aquilo que determina o Regimento Interno e a Constituição do Estado e, acima de tudo, buscar a valorização e dar justificativa à existência dessas comissões permanentes. Se por obra do destino, ou do acaso, ou de uma circunstância eleitoral, a Bancada do PT não tenha assento nas comissões permanentes diante daquilo que estabelece o Regimento Interno e a Constituição, não é culpa do Deputado Orlando Pessuti e não é culpa do bloco dos aliados nesta Casa.

No entanto, ouvindo as ponderações do Presidente da Comissão de Terras e de diversos outros Parlamentares e ouvindo o posicionamento do Diretor do ITCF, Dr. Vítorio Sorotiuk, e tendo em vista as modificações que foram apresentadas a este requerimento, de forma que a comissão especial, com prazo de 30 dias, terá como integrantes um representante de cada bancada, e mais uma vez demonstrando que não temos interesse nenhum em cercear a vontade de trabalho desse ou daquele parlamentar, e de tirar proveito político, como alguns querem tirar desses episódios, nos quais estamos empenhados em encontrar uma solução pacífica, ordeira e de entendimento, nós estamos recomendando aos parlamentares que integram o Bloco de apoio ao Governo, ao bloco dos aliados, que venhamos a dar a aprovação ao requerimento com as alterações propostas, no sentido de que se forme uma comissão integrada por diversos partidos e com apenas um elemento de cada partido e em que pese o direito regimental de que tem o PMDB de ter um maior número em qualquer comissão que se forme, dado a sua maior Bancada, a exemplo de outros Partidos que também teriam esse direito.

Nesse sentido, estamos recomendando a formação dessa comissão e daremos a aprovação a esse requerimento, embora ressalvamos ser do nosso entendimento que esse tipo de trabalho cabe à Comissão de Terra que, legitimamente, existe neste Poder.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) - Eu quero, de público, agradecer em reconhecimento à atitude e principalmente à interferência do Presidente da Comissão Permanente, os esforços no sentido de convencer o Líder do Governo a adotar esse procedimento que entendemos correto do ponto de vista político e ético e ficamos satisfeitos em perceber que essa Casa possui ambiente de sensibilidade para que nós possamos juntos encaminhar soluções que são do interesse de toda sociedade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, com as ressalvas que a Mesa já ofereceu ao Plenário, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

A Mesa solicita às Lideranças que façam indicação dos membros que comporão a Comissão. Cada Liderança indicará um Deputado, e ainda mais, a participação do PSB.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Me permita sugerir e fazer um apelo. Sugerir que as Lideranças indicassem, se possível, desde logo, a data de amanhã às 9 horas, na Sala das Comissões, para que essa Comissão possa se reunir e formular uma proposta da agenda de todos os trabalhos a serem realizados pela Comissão. Também tomamos a liberdade de sugerir que essa Comissão se desloque na quinta-feira, depois de amanhã, para a localidade prevista no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Comissão terá a coordenação do Deputado Toti Colaço, Presidente da Comissão de Terras.

A sugestão do Senhor Deputado Ernani Pudell é transmitida aos Senhores Líderes.

Requerimentos de n°s 2092 a 2096, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - A Liderança do PMDB indica o Deputado Dobrandino Silva, que já faz parte da Comissão de Terras e também é representante daquele Município perante a Assembleia Legislativa, para integrar a Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já temos três.

Requerimentos de n°s 2101 e 2102, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2098, de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2104 e 2105, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2106, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2107, de autoria do Senhor Deputado Cesar Silvestri, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Le-

gislativa.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de indicar o membro do PFL, Duílio Genari.

Requerimentos de n°s 2109 e 2110, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2111 a 2113, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2116, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2103, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2108, de autoria do Senhor Deputado Cesar Silvestri, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2091, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para informação ao Plenário, gostaríamos que Vossa Excelência lesse o que foi aprovado e para que não surja nenhuma dúvida de nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há risco de falta de merenda escolar este ano. Este é o item primeiro. O fornecimento de merenda ocorre nos três turnos, manhã, tarde e noite. Encarego ao nobre Líder do Governo que este Requerimento tenha as informações no prazo constitucional.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 149/91

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 320/91

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 039/91

e dos Projetos de Lei n°s 088/91, 124/91, 291/91, 295/91, 297/91.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 3.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de julho de um mil, novecentos e noventa e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sob a Presidência do Senhor Deputado Alceu Swarowski. Compareceram à reunião os seguintes Deputados: Mário Bezerra, João Iensen e Emília Belinati. Havendo número legal o Presidente declarou abertos os trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: Emendas apresentadas em 2.^a discussão ao Projeto de Lei n° 215/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 25/91, que tem por finalidade transformar em Autarquias Estaduais, todas as Fundações criadas por Leis Estaduais. Relator Deputado Renato Adur. Parecer no sentido que nada impeça a apreciação das emendas pelo Douto Plenário. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros presentes à reunião e por mim, Alan Marcos Andrade, secretário da Comissão.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

(a) ALAN MARCOS ANDRADE

Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 12.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na sala de reuniões das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Nelson Garcia, José Alves, Renato Adur, Mário Bezerra e Rafael Greca. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expe-

diente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 247/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 159/91, de autoria do Deputado João Iensen. Relator Deputado Renato Adur. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 288/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 53/91. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 175/91, de autoria do Deputado Toti Colaço. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 207/91, de autoria do Deputado Rafael Greca. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 185/91, de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer PELA APRECIÇÃO EM PLENÁRIO - APROVADO. 07) Projeto de Lei n° 221/91, de autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva. Relator Deputado Rafael Greca. Requerimento no sentido de transformar em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 08) Projeto de Lei n° 051/91, de autoria do Deputado Renato Adur. Relator Deputado José Alves. Parecer CONTRÁRIO. O Senhor Deputado Renato Adur, autor do Projeto pede a palavra e defende seu Projeto, dizendo que para consertar as balsas há necessidade de licitações públicas, o que atrasa a rapidez destes consertos. Por outro lado, com a privatização estes consertos seriam realizados de modo mais rápido. A seguir o Senhor Presidente coloca o Parecer em votação: Votaram a favor do Parecer os Senhores Deputados José Alves e Mário Bezerra e contra o Parecer dos Senhores Deputados Alceu Swarowski, Nelson Garcia e Renato Adur. Com este resultado o Senhor Presidente informa que será designado novo Relator. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente

(a) WILSON PENKA

Secretário